ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.16073

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

A CATEGORIA "FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL" NA OBRA DE MILTON SANTOS: USOS, SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS ANALÍTICOS

The "socio-spatial formation" category in the work of Milton Santos: its use, significance and analytical developments

La categoría "formación socioespacial" en la obra de Milton Santos: usos, significados y desarrollos analíticos

CLÁUDIO SMALLEY SOARES PEREIRA

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo: O presente artigo analisa o conceito de formação socioespacial na formulação do geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970 e seus desdobramentos analíticos na Geografia brasileira contemporânea. Busca-se compreender os fundamentos e a elaboração teórica e metodológica da formação socioespacial como central para a compreensão do espaço geográfico. Inicialmente, apresenta-se o conceito, mostrando os alicerces epistemológicos que sustentam a formulação original de Milton Santos. Na segunda parte, o texto aborda os desdobramentos do conceito de formação socioespacial na Geografia brasileira e distingue de três desdobramentos e interpretações particulares em torno do uso conceito: i) a compreensão miltoniana e de seus discípulos; ii) uma interpretação multiescalar; iii) uma interpretação com base na estrutura fundiária. O artigo conclui sobre a importância do conceito de formação socioespacial para o pensamento geográfico e para os estudos empíricos que operacionalizam a dimensão espacial de processos sociais.

Palavras-chaves: formação socioespacial, teoria geográfica, epistemologia geográfica, Milton Santos

Abstract: This article analyses the concept of socio-spatial formation in the words of the Brazilian geographer Milton Santos in the 1970s, and its analytical infoldings in contemporary Brazilian Geography. The aim is to understand the foundations, and the theoretical and methodological elaboration of socio-spatial formation as a core aspect for an understanding of geographic space. The concept is initially introduced to show the epistemological foundations that sustain Milton Santos' original formulation. In a second section, the text addresses the developments of the concept of socio-spatial formation in Brazilian Geography, and distinguishes three particular outcomes and interpretations on the use of the concept: i) the Miltonian understanding and its disciples; ii) a multi-scale interpretation; iii) an interpretation based on land structure. The article draws conclusions on the importance of the concept of socio-spatial formation for geographical thinking and for the empirical studies which make the spatial dimension of social processes operational.

Keywords: socio-spatial formation, geographic theory, geographic epistemology, Milton Santos

Resumen: Este artículo analiza el concepto de formación socioespacial en la formulación del geógrafo brasileño Milton Santos en la década de 1970 y sus desarrollos analíticos en la geografía brasileña contemporánea. Busca comprender los fundamentos y la elaboración teórica y metodológica de la formación socioespacial como aspecto central para la comprensión del espacio geográfico. Inicialmente se presenta el concepto, mostrando los fundamentos epistemológicos que sustentan la formulación original de Milton Santos. En una segunda parte, el texto aborda el desarollo del concepto de formación socioespacial en la Geografía brasileña y distingue tres formas y interpretaciones particulares en torno al uso del concepto: i) la comprensión miltoniana y sus discípulos; ii) una interpretación multiescalar; iii) una interpretación basada en la estructura de la tierra. El artículo concluye sobre la importancia del concepto de formación socioespacial para el pensamiento geográfico y para los estudios empíricos que operacionalizan la dimensión espacial de los procesos sociales.

Palabras-clave: formación socioespacial, teoría geográfica, epistemología geográfica, Milton Santos

INTRODUÇÃO

Em 1986, Pascal Buleón e Jacques Chevalier publicaram um artigo intitulado *Les concepts de la géographie sociale: débat autour du concept de formation socio-spatiale*, no número três da revista *Geographie Sociale*. Neste artigo, os autores franceses elaboraram uma discussão epistemológica sobre as bases e os fundamentos do conceito de formação socioespacial, um conceito central da geografia social (Buleón; Chevalier, 1986). Apesar de reconstruírem a maneira pela qual a Geografia empregou e utilizou o conceito de formação socioespacial, há, ao nosso ver, uma ausência que, de certo modo, limita o debate epistemológico. Trata-se da ausência da contribuição conceitual elaborada por Milton Santos que culminou, em 1977, na sua proposta de se considerar a categoria da formação socioespacial como teoria e método[1].

Porque essa ausência limita o debate sobre tal conceito? Ela se justifica? Penso, que a não consideração da formulação miltoniana é problemática em pelo menos dois sentidos: primeiro, pelo fato de Milton Santos ter produzido um conceito de maneira bastante inovadora no âmbito da Geografia em nível internacional, considerando os diversos debates que ocorriam ao longo dos anos 1970 sobre a renovação do pensamento geográfico e a formulação de uma geografia crítica e radical preocupada com a sociedade e suas contradições; em segundo lugar, pelo fato de sua contribuição ter sido, originalmente, publicada em língua francesa, praticamente no mesmo contexto espaço-temporal das publicações mais conhecidas sobre esse conceito, elaboradas por Guy Di Méo e até mesmo antes dos primeiros escritos deste autor sobre este conceito[2].

Nesse artigo, meu interesse não é elaborar uma comparação entre a maneira pela qual os geógrafos franceses entendem a formação socioespacial e a conceituação de Milton Santos. Este esforço analítico, ficará para um outro momento e um outro lugar. Concentro-me, apenas, em buscar explanar a maneira como o conceito miltoniano foi elaborado e seus desdobramentos no âmbito dos estudos geográficos, notadamente no Brasil. Aqui é, portanto, uma primeira tentativa de mapear as formas pelas quais o conceito de formação socioespacial foi apropriado após a sua introdução no debate teórico, metodológico e epistemológico da Geografia brasileira.

Esse texto é resultado do amadurecimento de reflexões que foram realizadas durante minha pesquisa de doutorado, defendida no ano de 2018. Assim, durante a realização

---

1 Utilizo de forma intercambiável e equivalente, portanto, sem distinção, "conceito" e "categoria" para me referir à formação socioespacial, tal qual o próprio Milton Santos faz em seu artigo publicado em 1977. Tenho clareza de que "conceito" e "categoria" expressam condições distintas de compreensão e apropriação da realidade no nível teórico e filosófico, o que demandaria um debate que foge ao propósito deste artigo. Isso envolve, também, as considerações sobre as próprias escolas filosóficas e como elas empregam e definem "conceito" e "categoria", não sendo, portanto, consensual, conforme aponta Barros (2016, p. 66-71). Para uma discussão sobre as categorias como fundamento do conhecimento geográfico, o texto de Silva (1986) é essencial. Tendo em vista estas dificuldades, e respeitando o próprio uso que Milton Santos fez em seus textos ao se referir à "formação socioespacial", utilizo ambos, conceito e categoria, como equivalentes. Distingui-los no pensamento de Milton Santos requer uma investigação particular que não vem ao caso deste artigo, mas que se faz necessário.

2 A esse respeito, consultar, Di Méo (1985, 2003, 2016).

da pesquisa, a formação socioespacial surgiu como uma necessidade para se compreender o objeto e a problemática posta naquele momento.

Diante disso, e em razão da identificação de perspectivas distintas a respeito do conceito de formação socioespacial, idealizei a elaboração de um estudo que buscasse dar um passo adiante no sentido de trazer para o centro da discussão essas diferentes perspectivas. Naquele momento em específico, pude ter um contato profícuo com uma literatura estrangeira sobre a formação socioespacial e identificar que geógrafos franceses também fomentaram discussões sobre este conceito, sem nenhuma referência à perspectiva trabalhada no Brasil; ao mesmo tempo, os usos e significados analíticos que geógrafos e geógrafas brasileiros dão ao conceito de Milton Santos me chamou atenção pela elasticidade em que era empregado. Aqui, particularmente, concretizo essa proposta de buscar analisar os desdobramentos em torno da conceituação de Milton Santos no Brasil; e uma análise sobre os conceitos de formação socioespacial nas geografias brasileira, francesa e hispânica[3] ficarão para um outro momento posterior.

Assim, o presente texto ,envolve uma avaliação e um balanço a respeito do que tem sido produzido sobre a formação socioespacial e com base nela, visando, em primeiro lugar, esclarecer as distinções e diferenças entre a proposição inicial elaborada na segunda metade da década de 1970 por Milton Santos e utilizada por ele em alguns escritos posteriores à sua formulação e, em segundo lugar, os desdobramentos e aplicações do conceito por geógrafos e geógrafas tanto em discussões teórico-metodológicas quanto em estudos empíricos.

A formação socioespacial e a proposta de Geografia de Milton Santos

No seio do debate em torno da renovação do pensamento geográfico, o ferramental teórico-metodológico do marxismo foi extremamente influente. As obras de David Harvey, Massimo Quaini, Richard Peet, David Slater, Neil Smith entre outros, assentam-se sobretudo na teorização crítica de Marx sobre a sociedade capitalista, suas contradições e, principalmente, o modo de constituição e funcionamento do capitalismo enquanto modo de produção e as relações da sociedade com a natureza. Nesse contexto, a obra de Henri Lefebvre foi, sem dúvida, uma das mais influente ao discutir o espaço sob a perspectiva teórica e metodológica do marxismo, pois é bastante conhecida a sua formulação da teoria da "produção do espaço" que muito influenciou os debates na Geografia e mesmo nas Ciências Sociais (Lefebvre, 2000; Seabra, 1996; Damiani, 2012; Pereira, 2020).

Milton Santos é um dos pensadores que participou do movimento de renovação do pensamento geográfico na década de 1970. Sua presença internacional e influente no âmbito do debate epistemológico, sobretudo na geografia francesa e norte-americana, é evidente, tal qual foi, também, na geografia brasileira (Capel, 2002; Claval, 2004;

3 Em língua espanhola, Horácio Sormani (1977, 1982) contribuiu para a teorização sobre a "formação espacial".

Contel, 2014; Ferretti; Viotto Pedrosa, 2018; Johnston, 1984, P. 228; Lévy, 1996; Dosse, 1994, p. 356-357; Mattson, 1978; Peet, 1982, P. 244-245, 1996; Smith, 1996); Santos foi, nas palavras de William Bunge, um "distinto e resistente geógrafo marxista" (Bunge, 1979, p. 171, *apud* Contel, 2014, p. 221).

É nesse contexto histórico, que foi publicada a proposição teórica aqui analisada. Para Mamigonian (1996, p. 204), o avanço da Geografia teorética, com sua visão de mundo reacionária, somada à reação mundial contra a Guerra do Vietnã "levou M. Santos a participar ativamente da última reaproximação[4] entre Geografia e marxismo (final dos anos sessenta e início dos setenta) culminando no seu texto" da formação socioespacial, "em que, pela primeira vez se disse claramente que formação social e geografia humana são praticamente coincidentes".

O conceito de formação socioespacial veio à público pela primeira vez em 1977. A primeira versão foi publicada em inglês na revista de geografia radical *Antipode*, vol. 9, nº. 1, em fevereiro de 1977. Esse número, que foi dedicado ao tema das formações socioeconômicas e a organização espacial, editado por Santos e Richard Peet (Imagem 1), Santos contribuiu para a edição de outro número deste periódico, no mesmo ano, com David Slater[5].

Em junho do mesmo ano, o mesmo artigo foi publicado em português, no Boletim Paulista de Geografia, n. 54 e, em francês, em setembro, no *Chaiers Internationaux de Sociologie*, no vol. LX. Em espanhol foi publicado nos *Cuadernos de la Sociedad Venezoelana de Plafinicación*, em 1978[6]. Ao que parece, segundo informação que consta em Claval (1977, p. 152, nota 39), esse texto teria começado a circular ainda em 1976, em Caracas, na Venezuela, de forma mimeografada, antes de ter sido publicado em *Antipode* e nas demais revistas citadas anteriormente[7]. Como é possível observar, esse texto teve uma difusão em larga escala, publicado em quatro idiomas diferentes em

4 Segundo Mamigonian (1996), uma primeira aproximação entre Geografia e marxismo teria sido realizada ainda na década de 1930 com Caio Prado Júnior; outra aproximação deu-se após a Segunda Guerra Mundial.

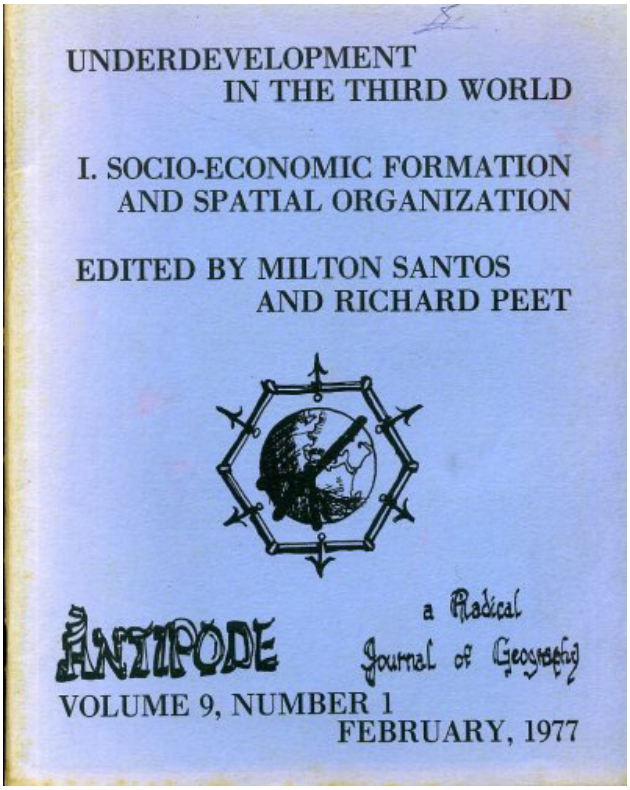
5 Para saber mais sobre o papel de Milton Santos na revista *Antipode*, bem como sua inserção internacional em uma rede de geógrafos radicais, particularmente sua relação com Richard Peet e um projeto de publicação de mais dois números da *Antipode* contendo artigos de estudiosos do Terceiro Mundo, que fracassou e deixou Santos decepcionado, consultar Ferretti e Viotto Pedrosa (2018). As cartas trocadas com Peet, Neil Smith e David Slater, e entre outros expoentes no âmbito do pensamento crítico-radical na geografia, constituem uma fonte importante para compreensão do papel de Santos e de sua inserção internacional (cf. Ferretti; Viotto Pedroza, 2018).

6 Santos (1978, p. 199, nota 5) menciona que o mesmo artigo também foi publicado em espanhol na *Revista Latino Americana de Economia*, México, em 1977, mas não encontramos confirmação desta informação. No seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e ainda acessível (Fonte: http://lattes.cnpq.br/7647448406761813), consta o ano de 1976 para a publicação na Venezuela, mesmo ano mencionado por Claval (1977, p. 152, nota 39), e assim referenciada pelo geógrafo francês: "Santos (Milton), *Société et espace: la formation sociale comme théorie et comme méthode*. Caracas, 1976, 17 p. ronéotées".

7 Este texto pode ter sido escrito durante a segunda estadia de Milton Santos na Venezuela, durante o ano de 1976, como professor visitante na *Universidad Del Zulia* (UNZ), Maracaibo, na *Facultad de Arquitectura y Urbanismo e na Universidad Central de Venezuela*, onde também lecionou no mesmo ano na *Escuela de Geografia, Facultad de Humanidades y Educación*; antes, em 1974, também na Venezuela, lecionou no *Centro de Estudios del Desarrollo e na Facultad de Ciencias Económicas y Sociales* (Fonte: http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf).

menos de dois anos, sendo que, em um único ano, em 1977, veio à público em inglês, português e francês, respectivamente.

Figura 1 - Capa da edição de *Antipode* editada por Milton Santos e Richard Peet



Fonte: https://www.traca.com.br/livro/114071/

O debate sobre a formação socioespacial assumiu um lugar de destaque no pensamento de Milton Santos na segunda metade da década de 1970, fruto de suas investidas no âmbito das questões teóricas, epistemológicas e metodológicas na Geografia, ao longo daquele decênio, caminho este inaugurado a partir de *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo* (publicado em francês em 1971 e em português em 1978).

A este conceito foi associado um papel de renovação da Geografia, como momento fundamental do aporte teórico do geógrafo brasileiro ao pensamento geográfico mundial. Sua contribuição é considerada por Gregory (1978, p. 198), como parte da aproximação entre marxismo e estruturalismo, e enfatizada como uma proposição capaz de contribuir para o avanço nos "problemas de teoria" no âmbito dos estudos de uma "geografia cultural radical" por Cosgrove (1998, p. 8, 21), apesar de nem se quer ter sido lembrada por Soja (1993), em sua influente obra sobre a "reafirmação do espaço na teoria social crítica". Vasconcelos (2020, p. 70, nota 235) lembra que, *Society and Space: social formation as theory and method* foi o único texto citado por Richard Peet em sua obra *Modern Geographical Thought*, publicada em 1998.

Outros autores em língua inglesa destacam a teorização de Milton Santos em relação à formação socioespacial. Para Susan Ruddick (2009), a formação socioespacial é uma das linhas de investigação para a compreensão da perspectiva da "coerência

estruturada", uma das quatro abordagens que buscam compreender a relação sociedade-espaço[8]. A formação socioespacial, nessa perspectiva, figura lado-a-lado com a "solução espacial" (*spatial fix*), a dialética socioespacial e a compressão tempo-espaço. Ruddick (2009, p. 219) assim escreveu:

> A formação socioespacial (introduzida pelo teórico radical sul-americano Milton Santos, em colaboração com o geógrafo Dick Peet[9]), marcou a primeira tentativa de visão do espaço ativo, contrariando a visão newtoniana de que o Estado-nação era apenas o recipiente de relevantes questões sociais, políticas, e processos econômicos. O espaço figurou ativamente tanto na produção quanto na reprodução social.

Para Peter Merriman (2022, p. 228), as novas traduções para o inglês dos livros de Milton Santos (*The nature of space* e *For a new Geography*, ambos em 2021) oferecem uma oportunidade para o aprofundamento da teoria espacial por ele desenvolvida e que fora um tanto negligenciada no mundo "Anglo-Americano" (a expressão é de Merriman). Ele também destacou a publicação do texto de 1977 da formação socioespacial que, em sua visão, foi uma "intervenção chave na *Antipode*" no âmbito do debate sobre a dialética socioespacial.

Richard Peet, que editou o volume 9, n. 1 da *Antipode*, de 1977, juntamente com Milton Santos (Santos; Peet, 1977), também buscou incorporar a questão das relações entre modo de produção e formação social debatidas no marxismo para a compreensão das relações espaciais (Peet, 1978). Peet (1996), como o próprio afirmou, será bastante influenciado pela obra do geógrafo brasileiro, e mencionará em mais de uma oportunidade os artigos de Milton Santos a respeito da dialética socioespacial e sobre a formação socioespacial (Peet, 1982 [1977], p. 245; 1979, p. 168; 1998, p. 127; Peet; Lyons, 1981, p. 199).

Peet, ainda destacaria décadas após a publicação do número 9 da *Antipode*, em entrevista de 25 de abril de 2017, que a contribuição de Santos sobre a "formação socioespacial foi uma grande ideia nos debates sobre modos de produção nas décadas de 1970 e 1980" (Ferretti; Viotto Pedrosa, 2018, p. 8-9).

A formação socioespacial aparece de maneira central no pensamento de Milton Santos em três escritos: *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*, de 1977 e já mencionado anteriormente; *Por uma Geografia Nova*, de 1978 e, finalmente, em *A Natureza do Espaço*, de 1996. Esses três escritos são aqueles nos quais o conceito de formação socioespacial foi melhor formulado no âmbito teórico e epistemológico. Posteriormente, foi operacionalizado no livro *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, de 1990 (Santos, 2019), e em outra obra escrita para a compreensão do território brasileiro (Santos; Silveira, 2001).

---

8 As outras abordagens da relação sociedade-espaço, além da "coerência estruturada", são: a relação sociedade-espaço como "campo estratégico, como "campo performativo" e, por fim, como "campo imanente" (Ruddick, 2009).

9 Trata-se de Richard Peet.

A influência do marxismo é bastante nítida. Para Moraes (2013, p. 33), esse texto de 1977 publicado na *Antipode* "pode ser considerado o diálogo mais explícito de Milton Santos com a metodologia marxista". Foi com os marxistas que Santos buscou, por meio da categoria de "formação social ou socioeconômica", o diálogo necessário para a reformulação da Geografia[10]. Diversos autores são citados: Marx e Engels, Lênin, Louis Althusser, Antonio Labriola, Eric Hobsbawm, Maurice Godelier, Emilio Sereni, entre outros[11]. O antropólogo Maurice Godelier (1981,) afirma que:

> O conceito de formação social é mais útil na análise de realidades particulares, concretas e históricas capturadas no tempo irreversível, real, de dados períodos históricos", levando-se em conta a diversidade e a unidade específicas "das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade em uma época determinada. (Godelier , 1981, p. 265)

Para Sereni (2013, p. 314-315 – grifos do autor):

> [...] diferentemente de outras [categorias] como aquelas, por exemplo, de 'relações' ou de 'modo de produção', de 'estrutura econômica de base' ou de 'superestrutura jurídico-política' ou 'ideológica', entre outras – esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultura da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na *continuidade* e ao mesmo tempo na *descontinuidade de seu desenvolvimento histórico*. (Sereni, 2013, p.314-315).

Essa "unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico", conforme afirma Santos (1977, p. 90), "não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço", o que revelará, posteriormente, que "[...] nenhuma outra categoria poderia ser mais adequada ao estudo do espaço, porque essa categoria [a formação econômica e social] permite que não nos afastemos da realidade concreta" (Santos, 1978, p. 171). É a busca por uma conceituação de espaço no seio da Geografia que levou Santos à categoria de formação socioespacial. Ao comentar sobre a sua inserção no ambiente acadêmico francês, e os desafios encontrados em torno da disciplina naquele contexto histórico do final dos anos 1960 e início da década de 1970, Santos (2004, p. 29) afirmou:

> Propus coisas como a ideia de que o espaço era formado por fixos e fluxos; depois, que haveria uma relação entre sociedade e natureza, produzindo o que chamei de formação socioespacial, ou seja, em lugar da ideia de formação social do marxismo, propus que haveria, na realidade, como base da história, a formação socioespacial e isso é que vai me levar mais adiante a propor a dissociação entre a noção de paisagem e a noção de espaço. Este seria uma instância da sociedade, tanto quanto o são a instância política, a cultural-ideológica e a técnico-econômica. Mas todas essas proposições foram recebidas com grande ceticismo.

10 Essa relação é bastante nítida, e alguns trabalhos exploraram essa a influência do marxismo com o conceito de formação socioespacial de um modo mais detalhado, como os realizados por Reis (2000), Cruz (2003), Machado (2016) e Whitacker (2019).

11 Em um texto de 1989 em homenagem a Caio Prado Júnior, Santos reconhece a importância daquele na renovação do pensamento geográfico, ao afirmar que "a ideia do embate entre as forças externas e internas, junto à ideia de formação sócio-espacial que nós próprios iríamos propor mais sistematicamente em 1977, como uma categoria de estudo geográfico e que, conforme agora verificamos, na verdade, já está em embrião na obra de Caio Prado Júnior" (Santos, 1989, p. 426-427).

Essa citação sintetiza o desenvolvimento do conceito de espaço no pensamento de Santos e localiza a formação socioespacial nesse processo. O núcleo de sua proposta constitui em, inicialmente, compreender o espaço enquanto um resultado da relação Sociedade e Natureza; o espaço seria, assim, sinônimo de *Segunda Natureza* e, disso resultaria ultrapassar a preocupação com as *formas* e o entendimento do espaço como "teatro das ações humanas", para se concentrar na ideia de *formação*, que se traduz enquanto um processo histórico, isto é, as dinâmicas que possibilitam uma apreensão da história pela Geografia. É nessa relação entre "natura naturans e natura naturata" que está o princípio de uma "dialética do espaço" (Santos, 1978, p. 172)[12].

Esse seria, para Santos (1977), o encaminhamento teórico e metodológico central para se passar de uma análise das coisas cristalizadas (formas) para os processos históricos (formação) e do espaço palco para o espaço social, auxiliando, assim, na "formação de uma teoria válida do espaço" (Santos, 1977, p. 81).

Para Santos (1977, 1978) a formação socioespacial é uma categoria totalizante que permite entender o movimento da totalidade social e do espaço produzido socialmente. Seu argumento central é que os teóricos marxistas, no debate em torno do conceito de formação social (ou, se quisermos, formação econômica-social) deixaram a dimensão espacial marginalizada, sendo que, ao contrário, sem ela, qualquer pesquisa que tomasse uma sociedade dada como objeto de estudo seria aceitar uma abordagem equivocada e dualista da relação Homem-Natureza (Santos, 1977).

Neste sentido, "um conceito claramente totalizante como o de *formação socio-espacial* parece o mais adequado a uma tarefa desta natureza" (Santos, 1978, p. 195 – grifos do autor). Assim, o autor argumenta em favor de uma "Formação Econômica, Social e Espacial" (ou simplesmente formação socioespacial), pois "a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social" (Santos, 1977, p. 81; 1978, p. 201). A epígrafe logo no início do artigo de 1977, com uma citação da *Física* de Aristóteles – "O que não está em nenhum lugar não existe" –, portanto, não é gratuita, e sinaliza para toda a argumentação em torno da relação entre formação social e o espaço e do papel deste na vida social[13].

A categoria de formação socioespacial, além de explicitar a ideia de produção do espaço[14], possibilita, enquanto uma categoria de método, empreender estudos concretos.

---

12 "O conceito de 'natura naturata' representa uma realidade que não se pode conceber na ideia, nem realizar-se de fato, sem as condições oferecidas pela outra realidade que o conceito de 'natura naturans' representa. Essa realidade que, geneticamente, é a primeira, não é imóvel e se destina inexoravelmente a transformar-se em 'natura naturata'. Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço" (Santos, 1978, p. 172).

13 "O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais" (Santos, 1977, p. 92).

14 No texto de 1977, o autor não usa a expressão "produção do espaço", o que ocorreu somente em 1978,

Ela torna possível a compreensão de uma realidade nacional, visto que, é para tal nível que ela foi proposta. Ela não anula, outrossim, a possibilidade de estudos regionais ou de regiões e lugares; em verdade as potencializa, mas somente se estas forem reconhecidas e analisadas como subespaços que não têm autonomia própria nem existência independente da formação socioespacial.

Como frisou Silveira (2014, p. 154) "a categoria formação socioespacial permitirá captar a unidade na diversidade, pois o concreto aparece no pensamento como o concreto da síntese, como um resultado". Trata-se de tomar o quadro nacional como escala viável para os estudos, pois é nesta escala vista como uma "totalidade" e por meio dela que "os valores mundiais se exprimem ao nível de cada classe, cada lugar, cada cidadão" (Santos, 1978, p. 171). É bom frisar que, esta é uma contribuição original de Milton Santos. Nem mesmo Lefebvre, que desenvolveu a tese de que há uma relação dialética entre modo de produção e o espaço, elaborou uma distinção entre o modo de produção e a formação social no que concerne ao espaço. Foi Santos (1977), de modo pioneiro, quem propôs que modo de produção, formação social e espaço fossem vistos como categorias de análise interdependentes, o que é fundamental na compreensão das sociedades particulares.

Essa formulação passa, destarte, pela avaliação crítica pela qual a formação social e o espaço foram tomados, de modo separado, ocultando a relação sociedade e espaço, isto é, a consideração de que o espaço é social posto que produto do trabalho humano em relação com a natureza (da *primeira natureza* à *segunda natureza*), e que, portanto, não se poderia argumentar em favor de uma "lei separada da evolução das formações espaciais" sem considerá-las na sua necessária e intrínseca dialética com a sociedade.

> Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata (Santos, 1977, p. 93)

Em uma entrevista publicada no ano 2000, Milton Santos comentou sobre sua trajetória e os momentos diferentes em diversos países como França, Venezuela e Tanzânia. Essas experiências o ajudaram a pensar melhor a Geografia e a elaborar e estabelecer sua própria contribuição teórica. Isso auxiliou, também, na maneira como foi formulada a formação socioespacial.

> Na Tanzânia, eu via o capitalismo entrando lentamente. Foi muito importante, para a elaboração teórica do território, descobrir que um país, com sua história e sua organização geográfica, pode ser ou não um obstáculo, refazendo a história da entrada do capitalismo e distinguindo formações sociais desse ponto de vista. Talvez daí tenha vindo essa ideia, que desenvolvi depois, da formação socioespacial – sem o espaço não dá para entender a produção do capitalismo (Santos, 2000, p. 109).

em *Por uma Geografia Nova*, na qual a contribuição de Henri Lefebvre foi incorporada e reforçou a compreensão do espaço como uma produção social e histórica.

Milton Santos viveu dezesseis meses na Tanzânia, entre 1974 e 1976 e, essa análise da penetração do capitalismo neste país foi publicada em 1978 na *Revue Tiers Monde* (tome XIX, n. 75, julho-setembro), sob a direção de Maxime Haubert. Esse artigo, intitulado *Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialism. Le cas de la Tanzanie* (e traduzido para o português 2020), revela muito bem a preocupação de Santos em compreender espaços concretos e reais por meio da operacionalização dos conceitos e teorizações. Esse estudo é um caso particular (outros podem ser encontrados, por exemplo, no livro *Economia espacial, críticas e alternativas*) de como a formação socioeconômica oferece uma potencialidade teórica e metodológica para o estudo de processos históricos em países particulares[15]; esse artigo foi publicado um ano depois daquele dedicado à formação socioespacial.

A formação socioespacial é uma totalidade, uma mediação entre outras duas totalidades: o mundo e o lugar (Santos, 1996). A relação entre estas totalidades é dialética e é na mediação da formação socioespacial, enquanto totalidade que se vislumbra as análises das regiões e dos lugares, estes entendidos como subespaços, o que inclui, também, as cidades. Mundo, formação socioespacial e lugar são totalidades que se interpenetram e, portanto, não podem ser compreendidas nem analisadas de forma isoladas. Como exemplo, cito um trecho da introdução de seu estudo sobre São Paulo, onde escreveu: "o mundo e o lugar, intermediados pela formação socioeconômica e territorial, eis aí um princípio de método a adotar, se quisermos apreender o significado de cada caso particular" (Santos, 2019, p. 12).

É justamente na compreensão da totalidade, aberta e em movimento (contraditório) que se entende a própria categoria da formação socioespacial. Ela é, por si só, uma totalidade, mas não isolada; ela é uma totalidade mediadora entre a totalidade-mundo e a totalidade-lugar (Santos, 1996), sem as quais, não seria possível a análise e a explicação. Isso implica reconhecer, em termos operacionais, que a relação sociedade-espaço na formação socioespacial brasileira é diferente da formação socioespacial estadunidense, por exemplo, ou mesmo da mexicana. Nesses termos, faz-se mister levar em conta que o próprio processo de urbanização e a produção das cidades, por exemplo, apresentam diferenças segundo as formações socioespaciais, ainda que elas estejam sob o domínio de uma totalidade maior, que é o modo de produção capitalista.

É interessante observar, também, um movimento paradoxal no pensamento de Santos a respeito desta categoria. Ao que parece, esta categoria foi abandonada pelo próprio autor – ainda que não deliberadamente, conforme Santos mencionou em entrevista (Santos, 2004, p. 29) – durante um período. Essa ausência de um debate mais direto em torno da formação socioespacial após *Por uma Geografia Nova,* não pode ser confundida com um total abandono do conceito. Parece ser muito mais plausível pensar que esta categoria aparece nas entrelinhas de alguns dos seus textos. Por exemplo, no livro *Espaço e Método* de 1985, o próprio título do livro parece sugerir que poderia haver um aprofundamento da temática, visto que nos textos de 1977 e 1978, ela foi proposta

15 "[...] nenhuma outra categoria poderia ser mais adequada ao estudo do espaço, porque essa categoria permite que não nos afastemos da realidade concreta" (Santos, 1978, p. 171).

como categoria de método, porém, ao invés disso, o autor menciona, em vários momentos, somente "formação social" e suas equivalentes, ainda que se possa compreender seus conteúdos quando expressados de acordo com a formulação original.

Não deixa de ser, portanto, surpreendente que em um livro específico sobre espaço e método, a formação socioespacial não seja retomada, o que aconteceu, apenas, em *A Natureza do Espaço*, de 1996, em várias passagens esclarecedoras. O grande interregno sem abordar a formação socioespacial entre 1978 e 1996, isto é, entre *Por uma Geografia Nova* e *A Natureza do Espaço*, de quase 20 anos, deveu-se provavelmente, segundo Santos, à somatória de alguns fatores, os quais comenta em seu *Testamento Intelectual*: em primeiro lugar, ao ceticismo e a resistência do marxismo encontrado no Brasil naquele momento, que "era extremamente dogmático" e que dificultava a introdução do marxismo nas disciplinas "territoriais-espaciais"; em segundo lugar, a dificuldade dos próprios geógrafos em aceitar uma proposição de pensar que "o espaço era instância" e não apenas a materialidade (contexto no qual a concepção de "espaço reflexo" de Manuel Castells era predominante); por fim, pela necessidade de se construir mais instrumentos analíticos para embasar melhor a ideia (Santos, 2004, p. 29-30).

A característica de método é muito forte. Milton Santos não compreende a formação socioespacial apenas como um conceito ou uma categoria, mas como uma questão de método, capaz de guiar ou direcionar os estudos geográficos. Pensada para a escala nacional, a formação socioespacial permite, nesse sentido, entender as relações entre totalidades, entre os fenômenos que envolve o processo histórico e as diversas temporalidades, bem como o trabalho e as divisões espaciais e territoriais do trabalho. A formação socioespacial possibilitaria captar, assim, o movimento processual de produção do espaço, uma vez que "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço [...] produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis" (Santos, 1978, p. 161-163).

No livro de 1978, *Por uma Geografia Nova*, há uma clara influência de Henri Lefebvre na maneira que Santos conceitua o espaço e a formação socioespacial, sobretudo no capítulo 17. Embora Santos já tivesse conhecimento das formulações lefebvreanas antes de 1978 (veja-se, por exemplo, o artigo *Espaço e dominação: uma abordagem marxista*, publicado em francês e inglês em 1975 e em português em 1978, no qual Lefebvre aparece textualmente), na formulação original da formação socioespacial, no texto de 1977, o filósofo francês não é mencionado.

O objetivo do autor, no âmbito de sua proposta de uma "geografia nova" é problematizar "o lugar real que tem o espaço humano na sociedade global, ou, ainda melhor, na formação econômica e social" (Santos, 1978, p. 144). Isso envolve uma questão de método que se vê, por exemplo, quando ele afirma que "para escapar a um erro e método que conduz a perceber erradamente a realidade, o corretivo deverá ser encontrado num enfoque que ponha lado a lado as noções de espaço humano e de formação social" (Santos, 1978, p. 195). E, no mesmo capítulo, fazendo referência ao Estado-nação como unidade de análise ou "unidade geográfica de estudo"[16], como o próprio afirma no

16 Esse papel importante dado ao Estado é reafirmado nos capítulos II e III do livro *Espaço e Sociedade*

capítulo XVI de *Por uma Geografia Nova*, o autor encerra da seguinte maneira: “Quando a geografia busca novos caminhos, imaginamos estar contribuindo a essa busca com a sugestão de um quadro teórico que seja universalmente aplicável sem deformar as realidades individuais de cada país” (Santos, 1978, p. 202).

Aqui é importante frisar que a formação socioespacial não é somente um conceito que se articula com a estrutura econômica. Ela envolve múltiplas dimensões, como a política e a cultura. Santos, numa afirmação categórica proferida em uma palestra na Faculdade de Serviço Social – UERJ, em 1995, vincula o estudo do racismo e do “ser negro do Brasil” com a formação socioespacial como totalidade[17]. O estudo das questões que envolve o racismo e as relações interétnicas perpassa não apenas o estudo da “formação social”, mas também da “formação socioespacial”, aqui entendida tanto como uma sociedade específica em um território específico.

> Não é o olhar para a África que vai ajudar na produção de uma política brasileira para o negro, nem um olhar para os Estados Unidos que vai também permitir essa produção de uma política. É o estudo do negro dentro da sociedade brasileira. É evidente que esse estudo passa pela categoria que se chama “formação socioeconômica”, a qual eu modifiquei propondo a categoria de “formação socioespacial”, porque eu creio que o território tem um papel muito grande na compreensão do que é uma nação. A formação socioeconômica ela tem relações com todo o mundo. É evidente que o aporte africano no Brasil ele vai ter um papel na compreensão com o que se passa no Brasil, como o aporte europeu e hoje o aporte estadunidense. Mas isso resulta numa produção que se chama “o Brasil”. É nele que eu quero estar como brasileiro integral! É nele que devemos estar, todos, independente das nossas origens étnicas, como brasileiros integrais, sem sermos olhados vesgamente em função de nossa, repito, origem étnica (Santos, 1995, sem paginação).

Por fim, a formação socioespacial é retomada em 1996. Em *A Natureza do Espaço*, o autor escreve: “a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país”, e mais à frente escreve: “a segunda totalidade [além do Mundo e do Lugar] é o território, um país e um Estado – uma formação socioespacial –, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. Mas, a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes” (Santos, 2008 [1996], p. 132-270).

De um ponto de vista sintético e, portanto, mais sistemático a partir do que foi escrito anteriormente, a categoria da formação socioespacial relaciona quatro elementos que me parecem centrais: processo, teoria, método e escala.

(ensaios), de 1979 (Santos, 1979), e republicados em *Da totalidade ao lugar* (Santos, 2005), intitulados de “O Estado-nação como espaço, totalidade e método” e “A divisão social do trabalho como uma pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos”, respectivamente.

17 Essa palestra está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=A5-JOTyK-ds . Sua transcrição, realizada por Cristiano das Neves Bodart, encontra-se no site *Racismo Ambiental*, e foi publicada em 05 de março de 2016, no link https://racismoambiental.net.br/2016/03/05/como-e-ser-negro-no-brasil-texto-inedito-por-milton-santos/ .

- Escala: o ponto de partida aqui é o Estado como unidade geográfica de estudo. É na escala nacional que a formação socioespacial se aplica e está diretamente relacionada. Isso não anula os lugares ou as regiões, mas estes só podem ser compreendidos por meio de suas relações com a formação socioespacial, relações que podem ser dadas mediante elementos comuns a todo o território: a moeda, as fronteiras, a língua.
- Processo: a formação socioespacial está em movimento, ela é produzida e reproduzida, e constitui elemento fundamental pela qual uma determinada sociedade se manifesta na sua processualidade. A formação socioespacial é constituída do entrecruzamento de distintas temporalidades e, por isso, é um processo constante.
- Teoria: o fato do espaço ser social e resultado das ações da sociedade transformando a natureza em um determinado momento histórico. O espaço é uma parte "ativa" no processo social, que influencia e condiciona as ações, os objetos, as práticas, as instituições etc. Não há sociedade sem espaço que lhe corresponda (ainda que essa correspondência não seja imediata e exata), portanto, que não seja produzido por ela em relação às formas pretéritas, às rugosidades de tempos alhures.
- Método: caminho e mediação necessária para a compreensão do processo de produção do espaço em uma determinada sociedade, uma realidade concreta. A formação socioespacial é o filtro que permite o estudo de um determinado país e de suas heterogeneidades regionais, tanto em termos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Após essa síntese dos quatro aspectos que me parecem centrais no conceito de formação socioespacial, analiso, a seguir, com um maior detalhe a contribuição de autores brasileiros, como eles tem se apropriado do conceito e utilizado em suas pesquisas.

Desdobramentos do conceito: usos e aplicações

Em uma pesquisa bibliométrica nas cem edições do Boletim Paulista de Geografia entre 1949 e 2018, Andrade e Queiroz Filho (2019) identificaram que o artigo *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método* é o texto mais citado do periódico, com 469 vezes. Mais do que um número, apenas, como se poderia imaginar, essa quantidade de citações denota a importância que esse texto assumiu no âmbito da Geografia brasileira desde que foi publicado.

Já existe uma considerável quantidade de escritos em torno do conceito de formação socioespacial. Esses textos elencam questões diversas, e chamam a atenção para riqueza teórica, na qual o conceito se assenta e sua importância não apenas para a teoria geográfica miltoniana em particular, mas, também, para a ciência geográfica como um todo. Veja-se, por exemplo, os textos de Bromberg (1997), Cruz (2003),

Corrêa (2000), Reis (2000), Machado (2016), Moreira (2005, 2012, 2013, 2016), Porto-Gonçalves (1995), Silveira (2010, 2011, 2014), Whitacker (2019). Na introdução de um livro em homenagem a Milton Santos, lê-se: "a busca incansável da totalidade por meio do espaço geográfico, entendido como produto histórico, o fará construir um dos mais ajustados conceitos da geografia contemporânea, o de *formação socioespacial*" (Souza, 1996, p. 20 – grifos meus)[18].

Para Armen Mamigonian (1996), a formação socioespacial foi a maior contribuição de Milton Santos para a teoria geográfica do espaço. Em suas palavras, trata-se do "mais importante texto teórico de Milton Santos" e "constitui o marco fundamental da renovação da geografia humana atual", um verdadeiro "paradigma" (Mamigonian, 1996, p. 198). O "paradigma" da formação socioespacial estaria em nível de equivalência do "paradigma" dos geossistemas do russo Viktor Borisovich Sotchava, pelo fato de ser "holistico" no que tange à relação sociedade e natureza como dois grandes processos com certos graus de autonomia (Mamigonian, 1996; 1999, p. 175-176).

Não obstante, a concepção miltoniana foi criticada diretamente como redutora da concepção original de formação social no sentido da teoria marxista (Carlos; Lencioni, 1982; Damiani, 1999). Tal raciocínio tem por base a maneira como o sociólogo José de Souza Martins avaliou criticamente os usos e as aplicações que a ideia de formação social no sentido marxiano vinha sendo relacionada às concepções espaciais[19]. Para ele, "a noção de formação econômico-social foi completamente desfigurada. Petrificada e reificada pelo raciocínio positivista vulgar" e foi difundida no Brasil e na América Latina a partir dos anos 1970 por meio de uma visão mecanicista da obra de Marx (MARTINS, 2010 [1979], p. 20-21). E assim, afirma que

> Uma evidência de que estamos diante do que Henri Lefebvre define como totalidade fechada, não dialética, é a vinculação do conceito de formação econômico-social a espaços, como a América Latina, como se vê em obras de vulgarização do pensamento de Marx, como a de Marta Harnecker, filiada ao marxismo estruturalista de Louis Althusser. Ou, então, a simplificação de falar em formação econômico-social brasileira, que se lê em diferentes autores dessa mesma filiação. Nessa perspectiva, a concepção de tempo histórico e de processo social é sobreposta pela concepção de espaço [...] O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento econômico desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista, e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais e dos diferentes momentos sociais das contradições fundamentais da sociedade (Martins, 2010[1979], p. 21-22).

18 Nesse texto introdutório ao livro "*O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*", de 1996, não consta autoria, mas pelo estilo empregado na escrita, percebe-se que, possivelmente, se trata de um texto redigido pela organizadora do livro, Maria Adélia Aparecida de Souza.

19 O seminário semanal organizado por José de Souza Martins teve início em 1976 e durou doze anos, com o propósito de discutir a obra de Marx e de um de seus grandes intérpretes contemporâneos de "envergadura clássica", que foi Henri Lefebvre; contou com a participação de professores e professoras que hoje são do Departamento de Geografia da USP (Cf. Martins, 1996).

Se não fica claro a quem Martins se refere quando critica a relação entre formação social e espaço – não há menção a Santos, embora não seja improvável que Martins tenha tomado conhecimento da formulação miltoniana –, as autoras Carlos, Lencioni e Damiani, que participaram dos seminários de estudos da obra de Marx e Lefebvre organizados por Martins referem-se diretamente à maneira que Milton Santos formulou a compreensão da formação socioespacial ou, noutras palavras, a relação formação social e espaço.

Apesar disso, o conceito teve um impacto forte e foi/é amplamente utilizado em estudos teóricos, ensaios e pesquisas empíricas. Consideramos, aqui, três maneiras distintas de utilização da formação socioespacial como conceito orientador de pesquisas a partir de interpretações particulares na Geografia brasileira: i) a compreensão miltoniana e de seus discípulos; ii) uma interpretação multiescalar; iii) uma interpretação com base na estrutura fundiária. Essas três maneiras de operacionalizar o conceito remetem de forma direta à filiação ou influência da proposição de Milton Santos, embora nem sempre seguem à risca o que o autor propôs.

A compreensão miltoniana e de seus discípulos[20]

Reúno nesse grupo aqueles autores e autoras que entendem a formação socioespacial do mesmo modo que Milton Santos buscou conceituá-la. Fazem parte deste grupo os autores que foram orientados pelo próprio Milton Santos em pesquisas de graduação e pós-graduação. Assim, Fábio Betioli Contel (2009, 2020), Mônica Arroyo (2008, 2017), Cilene Gomes (2001, 2009) entre outros. Considero que a compreensão de Moreira (2005, 2012, 2013, 2016), também se insere na perspectiva miltoniana, apesar da utilização da grafia "formação espacial" em vez de "socioespacial", enquanto Silva (1986, p. 34-35) insere-a como uma das categorias de fundamento do conhecimento geográfico: "não existe uma formação espacial separada das formações sociais, pois são parte de uma realidade dialética". Esses autores expressam-se, em seus respectivos estudos e pesquisas, com a ideia de "formação socioespacial brasileira", tal qual Santos (1991), fazendo menção à escala do Estado-nação e ao território como referência analítica.

Uma das principais pesquisadoras a trabalhar com essa proposta na linha de argumentação de Milton Santos, e que buscou discutir o conceito em tempos recentes é Maria Laura Silveira (2006, 2010, 2011, 2014, 2022). Silveira (2014) buscou, além de utilizar e operacionalizar a formação socioespacial, discutir o conceito de maneira mais detalhada, propondo um "debate substantivo", de cunho teórico-metodológico (Silveira, 2014).

Em colaboração com Milton Santos, Silveira publicou o livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, o qual constituiu uma tentativa de analisar e interpretar

20 Não emprego a expressão "discípulo" em um sentido pejorativo, mas sim ressaltando que se trata de autores que, em sua maioria, constituiriam uma espécie de "escola miltoniana de geografia" e que se posicionam claramente como continuadores da obra de Santos. Alguns autores, apesar de terem construído uma base própria e autoral sobre a geografia, como Ruy Moreira, aderem diretamente a forma como Santos conceitua a formação socioespacial e a insere no seu corpus teórico.

o Brasil a partir do território (Santos; Silveira, 2001). Essa obra é uma operacionalização da categoria formação socioespacial para compreensão do Brasil. Neste livro, Milton Santos e Maria Laura Silveira procuram demonstrar, a partir das técnicas como "base para uma proposta de método", que "o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial" (Santos; Silveira, 2001, p. 20-21), o que incluiria, necessariamente, a materialidade e os modos de organização e regulação do espaço e o modo como a divisão e distribuição territorial do trabalho reparte tanto o "trabalho vivo" e o "trabalho morto" nos lugares.

Essa lógica de raciocínio está presente no modo como Silveira (2010) elabora suas reflexões, dando continuidade à teorização miltoniana. A discussão sobre a globalização, por exemplo, que tem feito parte de um grande conjunto de contribuições das ciências humanas e sociais, é um tema caro à Geografia no que diz respeito pensar o espaço geográfico e os esquemas de análise. Pensar a globalização é pensar o seu outro lado, a fragmentação, as divisões territoriais do trabalho e, portanto, as maneiras pelas quais as regiões se inserem nesse processo. As transformações regionais são tensionadas num mundo que se quer cada vez mais veloz, rápido, impactadas pela globalização. É nesse ponto que a formação socioespacial se torna um elemento fundamental da elaboração de um esquema de análise das relações entre globalização e região.

> as regiões exercem um papel de controle sobre a sociedade como um todo, já que as ações não se localizam em lugares ermos nem obtêm o mesmo resultado nas diversas frações do território em que se instalam. Desse modo, *entendido como formação socioespacial, um país revela, ao mesmo tempo, o movimento do todo* que é o modo em que o território se utiliza a partir de elementos comuns como o direito positivo, a política econômica e a língua para mencionar alguns, e o movimento das partes, que são as regiões dinâmicas, com suas singularidades, em copresença. A unidade desse conjunto de processos e estruturas não existiria sem o Estado. (Silveira, 2010, p. 75 – grifos meus).

O papel do Estado, assim, é central, no sentido de um agente que dá coerência aos processos e estruturas que se distribuem nas regiões e nos lugares. A pobreza, o poder, a divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais da produção associados às heranças socioespaciais e aos impactos regionais revelam o modo como no território coexistem diversas divisões do trabalho funcionando em diversas escalas: isso é o espaço geográfico (Silveira, 2010). Não considerar a formação socioespacial na análise consistiria, deste modo, em um grave equívoco metodológico em termos de elaboração de um esquema conceitual. Daí que quando a autora afirma que "não são os números abstratos e homogêneos que vão revelar as dinâmicas regionais, as quais não se explicam fora da formação socioespacial, mas a análise concomitante do território nacional em movimento permanente e das regiões" (Silveira, 2010, p. 86), ela está chamando atenção para a formação socioespacial como uma mediação que permite compreender e analisar as regiões e os lugares. A diferenciação espacial, portanto, está em plena processualidade no plano da escala nacional, bem como nas partes no interior do território, com diversas formas-conteúdos que articulam temporalidades, ações e objetos.

Em um artigo de 2011, sobre a história e a construção do livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, dez anos após a publicação da primeira edição, a autora retomou alguns aspectos fundamentais no delineamento do ponto de vista dos principais argumentos e ideias nele contidas. A ideia de construir uma explicação do Brasil a partir do território constituiu uma tentativa de operacionalização das ideias publicadas em *A Natureza do Espaço*, em um contexto de ampliação dos estudos baseados em ideias pós-modernas que, dentre outras coisas, focalizavam os lugares *per se* e com pouca abertura para trabalhos com base em "explicações totalizadoras", isto é, do território nacional e de um país como um todo (Silveira, 2011). Ainda que, o território nacional fosse a dimensão básica para o estudo, o caminho de método necessitaria articular múltiplas escalas e os nexos entre elas existentes a partir das novas variáveis do período em tela – década de 1990 – no âmbito do fenômeno técnico como "princípio de periodização", algo que foi possível por meio da categoria de "território usado" (Silveira, 2011).

> É a preocupação com o destino e com a construção dos lugares que perpassa uso do território e, por conseguinte, a respectiva noção. Não há como explicar o território sem sua utilização, não há como explicar o território usado sem projeto. É isso que faz do território usado uma categoria central para a formulação de uma teoria social (Silveira, 2011, p. 153).

O território usado, espaço banal – por ser construído e usado por todos os atores (empresas, Estado, movimentos sociais etc.), ainda que modo diferente e desigual – é sinônimo de espaço geográfico, entendido como "sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 1996), ideia que será tanto firmada por Santos e seus colaboradores no importante *O papel ativo da Geografia: um manifesto*, publicado em 2000 no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) em Florianópolis, Santa Catarina, como pela própria Maria Laura Silveira (2010, 2011, 2014).

Mas, se a categoria de estudo de um país, ou "um conceito basilar na interpretação de uma nação" (Silveira, 2011, p. 152) é o território usado, em que posição se situa a formação socioespacial, uma vez que ela foi pensada por Milton Santos como categoria explicativa de um país? Para Silveira (2011), a necessidade de partir de uma "teoria maior" que se mostra insuficiente para "níveis menores do real", e articular uma "teoria menor do país" com uma "teoria menor do lugar" ou, em outras palavras, uma "teoria geográfica do Brasil contemporâneo" e uma "teoria geográfica da Região Concentrada", levou à escolha da formação socioespacial como uma "das chaves do método".

Esta categoria, segundo a autora, permitiu que ela e Milton Santos enfrentassem o desafio de se buscar compreender o território brasileiro e as relações deste com as regiões e os lugares, ainda que de modo não exaustivo e com bastante clareza da necessidade de novos estudos. Todavia, a formação socioespacial também será entendida "como sinónimo de espacio geográfico, territorio usado, medio geográfico y espacio banal" (Silveira, 2014, p. 144).

Mesmo que isso possa soar um pouco estranho, uma vez que, parece ser redundante tratar todos esses conceitos como sinônimos, ainda é possível, penso eu, compreender o território usado com uma certa nuance, sem necessariamente ser sinônimo.

A chave para esta leitura encontra-se na própria maneira que Santos e seus colaboradores se referem à conceituação do território usado n'*O papel ativo da Geografia: um manifesto.* A citação a seguir mostra muito bem essa tentativa de equacionamento entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo no âmbito do território usado.

> O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sociocespacial e o mundo (Santos, *et al*, 2000, p. 3 – grifo no original).

Esse é um aspecto da teorização miltoniana e, portanto, de alguns dos seus conceitos principais – incluindo a formação socioespacial – que ainda merece uma análise mais sistemática. Como o emprego do *território usado* por Santos se deu no final de sua vida, o conceito não pôde ser, argumenta Moraes (2013), desenvolvido mais do ponto de vista epistemológico, ficando para as futuras gerações[21]. De todo modo, pensamos que aqui reside um sugestivo tema de pesquisa.

A explicação da operacionalização da categoria formação socioespacial como princípio de método é explicitada por Silveira (2011), de modo bastante claro, como uma "teoria das mediações", já que enfatiza as relações entre teoria e empiria a partir de "materiais e relações retirados das situações reais e, por isso, torna-se aplicável a esses níveis 'inferiores'", daí a proposta da "regionalização" contida em *Território e Sociedade: o Brasil no início do século XXI* (Silveira, 2011, p. 157). Em suas palavras:

> Nessa direção, outro esforço do livro foi o de sugerir uma teoria das mediações, base para a escolha de fatos e relações relevantes. Daí a utilização da categoria de formação socioespacial. Assim, a escala de análise utilizada que, para algumas perspectivas, pode parecer demasiadamente ambiciosa e resultar na impossibilidade de trabalhar com o país como totalidade, é, na realidade, uma das chaves do método. *A formação socioespacial é a totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa mais do que uma delimitação é um imprescindível partido de método*. Como é uma mediação entre as possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário (Silveira, 2011, p. 157 – grifos meus).

Um país, um Estado, uma formação socioespacial: essa é uma totalidade que faz mediação entre os processos e os impactos, entre o mundo e a região e o lugar, entre estas duas totalidades. A região e as regionalizações, que são bem evidentes na proposição dos "quatro Brasis", são espaços diferenciados no âmbito do território nacional. A diversidade regional, bem como, as desigualdades inerentes à própria história do território brasileiro, são expressões do processo de diferenciação espacial que revela uma "diversidade na unidade", parafraseando uma ideia bastante usada. Não há, na proposição de Milton Santos, lançada em 1977, desenvolvida em 1978, e retomada em 1996, uma contradição entre a formação socioespacial e as regiões e os lugares.

21 É importante frisar que no início dos anos 1980, Santos (1982, p. 130) já identificava que o "conhecimento específico do uso do território [é] objeto de nossos esforços científicos".

A formação socioespacial não coincide com escalas "menores" que o país; ela é a escala do país, é o modo de apreensão do território nacional, uma mediação entre o mundo e o lugar, daí que "la región no puede ser entendida como una realidad aislada ni tampoco como resultado de una formación social regional" (Silveira, 2014, p. 150), ao mesmo tempo que "razão global e razão local compõem um arcabouço que permite empreender o estudo do lugar e do mundo, com a necessária mediação da formação socioespacial" (Silveira, 2001, p. 66). Mundo, formação socioespacial, regiões e lugares acomodam-se bem no interior do sistema conceitual da teoria geográfica desenvolvida por Santos e são largamente utilizadas por seus discípulos como parte de um movimento das totalidades, assim apreendidas e operacionalizadas em estudos empíricos[22].

Uma interpretação multiescalar

Também influenciados pela proposta de Milton Santos, um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras sob a influência direta ou indireta de Armen Mamigonian, adotaram a categoria da formação socioespacial como basilar para o estudo do espaço geográfico, concentrando-se sobretudo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)[23]. Porém (e aqui reside uma diferença importante em relação ao grupo analisado anteriormente), a formação socioespacial não é vista sob o ângulo do Estado-nação, apenas. As pesquisas aqui situadas, reconhecem que a proposta original foi elaborada para a compreensão do território e da história de um país, de uma sociedade determinada, como afirmamos anteriormente, outrossim, propõem uma utilização mais alargada do conceito, entendendo que a formação socioespacial pode ser empregada para além do Estado-Nação. É por essa razão que eu os identifico sob a rubrica de "uma interpretação multiescalar".

No texto já citado de Mamigonian (1996, p. 204), no qual é defendida a formação socioespacial como um paradigma para a Geografia Humana, o autor afirma que "qualquer estudo rigoroso de formação social deve cuidar de localizações e espacializações", o que abriu esta categoria à uma aplicação em níveis escalares diversos. Com base nessa linha de reflexão, numerosos estudos buscaram incorporar a categoria da formação socioespacial com o objetivo de compreender diversos fenômenos geográficos: redes urbanas, regiões, cidades e espaços urbanos, o setor produtivo etc.

O artigo de Espindola e Silva (1997) é um destes trabalhos que aborda a maneira pela qual a formação socioespacial oferece as possibilidades de se trazer para o centro

22 "En consecuencia, la formación socioespacial significa reconocer el movimiento conjunto y contradictorio del todo y de las partes a través de la totalización, que es la historia" (Silveira, 2014, p. 156).

23 Em torno Armem Mamigonian, vários pesquisadores brasileiros, sobretudo em instituições de Santa Catarina (UFSC, UDESC etc.), formam o Grupo de Pesquisa "Formação sócio-espacial: Mundo, Brasil e regiões", os quais, sob sua orientação direta ou de seus discípulos, desenvolveram pesquisas sobre o tema da formação socioespacial. Destaco aqui os escritos de Carlos José Espíndola, Marcos Aurélio da Silva e José Messias Bastos, os quais foram orientados por Mamigonian no mestrado e no doutorado, na Universidade de São Paulo (USP), e são professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mais informações sobre este grupo de pesquisa, consultar-se o site institucional: https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/teses-e-dissertacoes-g-p-formacao%20socioespacial-mundo-brasil-e-regioes/ Acesso em: 17 jul. 2021.

do debate o espaço na sua historicidade. Os autores se posicionam contra as perspectivas que fortaleceriam uma espécie de "espaciologia estéril", a qual, segundo eles, seria praticada largamente por aqueles que desconsideram a "esfera da produção", já que esta é uma "prática absolutamente crucial nas sociedades onde o capitalismo é dominante" (ESPINDOLA; SILVA, 1997, p. 62). O ponto de partida é a esfera da produção, principalmente o setor da indústria metal-mecânica no noroeste e a agroindústria no oeste de Santa Catarina. A crítica dos autores, elaborada a partir dessa análise em torno de uma "geografia das indústrias", é direcionada para os estudos que desconsideram as continuidades e descontinuidades, as combinações e contradições entre o novo e o velho, as "múltiplas determinações" segundo Marx, que envolvem as questões técnicas, administrativas, as formas de propriedade, a estrutura financeira e mesmo as relações de trabalho em favor de uma "universalização das estruturas".

A formação socioespacial permite, para Espindola e Silva, a compreensão das combinações e contradições históricas e sociais que se espacializam, e nesse sentido a produção de pequena propriedade mercantil seria um "tipo" de formação socioespacial. No seu artigo, Espindola e Silva não identificam a formação socioespacial com alguma escala específica (pelo menos não diretamente), com um nível espacial no interior do país; porém, deixam claro que a formação socioespacial seria um espaço no qual a esfera da produção seria dominante, e o peso das "marcas do passado" ainda se fariam presentes, diferenciando, assim, tipos distintos de formações socioespaciais. Isso indicaria que o noroeste e o oeste de Santa Cataria seriam formações socioespaciais distintas, em razão do papel da esfera da produção (a pequena produção mercantil) e das "marcas do passado", mas tal conclusão não é exposta com tamanha clareza. Tal ideia torna-se mais clara na formulação de Pereira e Vieira (2009, p. 14) ao afirmarem que "a pequena produção mercantil vai imprimir ao sul do Brasil um novo dinamismo econômico, consolidando a formação sócio-espacial meridional, como uma formação singular".

Na mesma direção, segue-se uma grande quantidade de textos produzidos, a partir de pesquisas orientadas neste âmbito. A formação socioespacial é considerada como uma categoria fundamental de abordagem, pois revela as conexões entre Geografia e marxismo, e potencializa o estudo de fenômenos geográficos diversos.

O ponto central da análise deste conjunto de trabalhos, tais como os de Espindola e Silva (1997), Vieira (2007), Silva (2009), Pereira e Vieira (2009), Ferreira (2011), Beltrão (2016), Bastos e Casaril (2016) e Casaril (2017), é a relação dialética entre a sociedade e a natureza, as generalidades e particularidades e o papel central da esfera da produção. Esta, na designação de uma "pequena produção mercantil", oferece o elemento central para se questionar as determinações gerais que supostamente homogeneizariam o espaço geográfico, qualificando particularidades em termos de diversas relações (salarial, de propriedade, técnica e financeira etc.).

O resultado é, portanto, uma argumentação que entende a possibilidade analítica da existência de "formações socioespaciais regionais", evidenciando, portanto, as características singulares de determinadas regiões que permanecem em um processo de continuidade e descontinuidade com a formação social nacional e o modo de produção.

Esse raciocínio é encontrado, por exemplo, em Silva (2009), que argumenta que a ideia de formação socioespacial aplicada à escala do quadro nacional por Milton Santos é posterior à formulação original, de 1977. Nesse sentido, sendo o enquadramento no plano nacional, o texto original estaria, assim, aberto a interpretações, o que oferece, segundo Silva, possibilidades analíticas para a operacionalização da formação socioespacial em outras escalas, tanto a "regional" quanto à "supranacional". Diz ele:

> Quando sugeriu, pioneiramente, que a categoria marxista de formação social era apropriada para a análise geográfica da totalidade social (daí propô-la como uma categoria da formação sócio-espacial) Milton Santos (1977) não definiu um recorte espacial específico de sua incidência. Conquanto o fizesse em trabalho ulterior (Santos, 1982), apontando para o quadro nacional, o que, aliás, influenciou diferentes pesquisas na geografia brasileira, o texto seminal fornece várias possibilidades para uma investigação da questão regional, seja ela em uma escala infra ou supranacional (Silva, 2009, p. 1).

Essa não definição do recorte espacial, conforme Silva (2009), possibilitou, então, a estes autores, uma ampliação do debate em torno do conceito em tela. Trata-se, nesse sentido, de sustentar que "a FSE é e pode ser utilizada para analisar tanto a escala geográfica nacional, como a regional e a local" (Bastos; Casaril, 2016, p. 277), ou seja, uma aplicação do conceito em múltiplas escalas, incluindo os "recortes regionais intranacionais", conforme se refere Beltrão (2016). Considero que, o argumento do recorte espacial não definido por Milton Santos não se sustenta bem, haja vista que em *Por uma Geografia Nova*, apenas um ano depois da publicação do texto original de 1977, o autor retoma o debate, e o desenvolve de modo mais amplo, em que se nota, claramente, e seguindo indicações anteriores de textos sobre diversos países subdesenvolvidos, um "recorte espacial específico de sua incidência", conforme vimos na primeira parte deste texto.

Penso, que é insuficiente compreender o conceito de formação socioespacial apenas com base no texto de 1977, quando em 1978, no livro já mencionado, a formulação original é ampliada e melhor teorizada. Alguns dos pesquisadores que seguem essa interpretação multiescalar, em um texto recente, expressaram-se da seguinte maneira, o que fortalece a relação entre escalas geográficas e formação socioespacial segundo a interpretação que estamos analisando nesse item:

> Santos (1977) salienta que a formação econômica e social é indissociável da realidade histórico concreta, geograficamente localizada. Assim, a noção de formação econômica e social adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações socio-espaciais. Mas, qual a escala de análise para a utilização da categoria de formação socio espacial? A categoria/conceito de formação socio-espaciais será utilizada para análise na escala nacional e regional, pois as diferenciações espaciais das formações sociais são constituídas por particularidades histórico-genéticas das relações de produção e das forças produtivas em um ambiente social e geograficamente dado (ESPINDOLA *et al*, 2016, p. 139).

A operacionalidade da categoria para a escala do Estado-nação não é rechaçada, mas relativizada, entendendo-se que, ela é útil tanto para esta escala quando para

escalas mais reduzidas, como as regiões e os lugares. Assim, as redes urbanas regionais, a pequena produção regional, e até mesmo cidades poderiam ser explicadas por essa formulação que se presta em escalas diferentes. Nesse sentido, pensa-se, em alguns sentidos, de "formações socioespaciais regionais no interior" da "formação socioespacial brasileira", em uma relação entre a parte e o todo. Aqui, as "formações espaciais regionais" traduziram o processo de diferenciação espacial no interior de uma formação social, isto é, particularidades e singularidades no seio de uma universalidade. Esse argumento tem traços semelhantes com o desenvolvido por Sposito (2005), conforme veremos adiante.

Apesar destes autores se basearem fortemente em Milton Santos – talvez, a interpretação deste grupo, seja a que mais buscou levar adiante a discussão da formação socioespacial e sua operacionalização em estudos empíricos – tais autores, liderados pela perspectiva de Mamigonian, utilizam de forma um tanto livre a categoria em termos de dimensão escalar. Como vimos, Santos pensou esta categoria para a escala do Estado, de um país, e não para regiões no interior de um mesmo país. A ideia de "formação socioespacial regional", portanto, é um produto do debate a partir da formulação miltoniana, mas abrange uma dimensão distinta da proposta original.

Outros dois aspectos merecem ser mencionados, os quais aparecem com destaque nos escritos desse grupo influenciados por Mamigonian. O primeiro, é a presença de Ignacio Rangel e sua teorização da dualidade brasileira, que são bastante notáveis nos escritos aqui analisados; o segundo, é a ideia das "combinações geográficas" de André Cholley (1964a, 1964b), que salta aos olhos, autor esse discutido juntamente com Marx e sua concepção do concreto como resultado das "múltiplas determinações" (cf. PEREIRA; VIEIRA, 2007; Bastos; Casaril, 2016; Casaril, 2017]. Essas são, a meu ver, duas novidades em relação à formulação original de Milton Santos, já que nem Rangel e nem Cholley são citados nos textos de 1977 e 1978. Aqui nota-se uma influência direta da maneira pela qual Mamigonian interpretou a formação socioespacial, que foi herdada pelos seus ex-alunos.

Ainda na trilha aberta por Mamigonian, é importante destacar as pesquisas de Maria Encarnação Beltrão Sposito (2005, 2008, 2010, 2016, 2017) a respeito das cidades médias[24]. Em suas investidas para a compreensão dos processos de reestruturação urbana, da cidade e da produção do espaço no Brasil, notadamente em cidades médias, Sposito adota a categoria da formação socioespacial como importante caminho metodológico para compreender de que maneira as cidades (não apenas as médias) se situam no âmbito da rede urbana em transformação e as suas particularidades.

Um pouco diferente dos autores reunidos neste grupo, Sposito não emprega a formação socioespacial em múltiplas escalas. Na verdade, para ela, este conceito se

24 É de autoria de Sposito a tradução para o português do texto de Santos (1977) publicado no *Boletim Paulista de Geografia*. Ela também foi aluna e orientanda de iniciação científica de Armen Mamigonian na Faculdade que hoje é a Unesp de Presidente Prudente. Cabe registrar que a concepção de formação socioespacial que Sposito desenvolveu é bastante influente no círculo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR), do qual faz parte, e tem se difundido em uma grande quantidade de estudos e pesquisas nele realizados.

apresenta em um nível "mesoescalar", situado entre a cidade e entre o país. Isso, pelo fato do entendimento asseverado pela autora em torno do conceito de Milton Santos, de que o território de um país é compreendido enquanto uma "formação socioeconômica", ao passo que, no interior desta são possíveis de se compreender diferentes formações socioespaciais. Esta relação entre todo e parte é mobilizada pela autora para analisar e explicar as particularidades dos contextos espaciais e temporais nas quais as cidades se inserem. Nas palavras da autora:

> Nossa perspectiva é a de retomar o conceito de *formação socioespacial* para explicar como, no Estado de São Paulo, um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas (aqui inclusas as dimensões cultural e ideológica) ao se expressarem *no* e *pelo* espaço, como 'continente' e meio dessa realização, constituíram as condições para o rápido desenvolvimento do modo capitalista de produção nesta fração do território brasileiro Sposito, 2005, p. 413 – grifos no original).

Nota-se, com bastante clareza, que Sposito compreende a multidimensionalidade na qual está ancorada a proposta original miltoniana, expondo as determinações diversas – e não apenas econômica – no plano da formação socioeconômica. A autora, também está de acordo com os pressupostos fundamentais da teorização de Milton Santos, como o papel do espaço muito além de um mero "palco dos acontecimentos", o processo histórico que se expressa na própria ideia de *formação* (além da forma) e a interdependência entre modo de produção, formação social e espaço.

Para a compreensão do capitalismo no Brasil, impulsionado pelo processo de industrialização e produção da rede urbana paulista, a formação socioespacial é articulada com a ideia de "complexo cafeeiro", proposta por Wilson Cano. O "complexo cafeeiro" apresenta componentes e variáveis:

- Componentes: "a atividade produtora de café; – a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; – a atividade industrial; – a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário; – a expansão do sistema bancário; – a atividade do comércio de exportação e importação; – o desenvolvimento de atividades criadoras de infra-estruturas; – e as atividades do Estado"; e
- Variáveis: "que atuam sobre o complexo: – o movimento imigratório; – a disponibilidade de terras; – os saldos da balança comercial; – o capital externo: – e as políticas tarifárias, monetárias, de câmbio e as políticas de defesa e valorização do café" (Cano, 1990, p. 20-21 *apud* Sposito, 2005, p. 410).

O salto analítico propiciado por Sposito (2005, p. 412) está em argumentar que "o desenvolvimento da economia cafeeira e da industrialização provocou e, dialeticamente, apoiou-se no desenvolvimento de uma rede urbana paulista", constituindo, portanto, uma formação socioespacial.

É a "dimensão espacial da realidade estudada", nas palavras da autora, que se expressa em uma rede urbana em constituição, em um mercado de terras e em outros

elementos e dinâmicas (comércio, mão de obra etc.) que é necessário focalizar, compreendendo o espaço, portanto, como um dos determinantes do processo. “A formação socioespacial contemplaria”, segundo ela, “a consideração dos elementos do complexo cafeeiro em suas relações com a dimensão espacial que dá sustentação e expressa, ao mesmo tempo, o movimento dessas transformações” Sposito, 2005, p. 412).

Mais adiante no mesmo texto, ela vincula a formação econômica e social à articulação de escalas espaciais, o que poderia revelar as especificidades de cada fração do território situadas em uma mesma formação social. Essa posição a autora deixa bastante clara:

> O conceito marxista de *formação econômica e social* aplica-se a uma sociedade, o que, não necessariamente, mas, em grande parte das vezes, supõe uma esfera correspondente de Estado-Nação. O conceito proposto por Milton Santos de *formação socioespacial*, por sua vez, possibilita, de um lado, a consideração do espaço como uma das dimensões constitutivas do movimento histórico (como condição e expressão dele) e não apenas o palco ou a decorrência dele; de outro lado, propicia o múltiplo dimensionamento da análise, para se considerarem as escalas geográficas em que os processos e dinâmicas se desenvolvem de forma desigual e combinada. A identificação entre Estado-Nação e formação socioeconômica (Santos, 1979, p. 28) não pressupõe, entretanto, uma unidade do ponto de vista da *formação socioespacial*, pois, ao nosso ver, diferenciação espacial pode e ocorre, sob o domínio de um único Estado-Nação Sposito, 2005, p. 417).

Essa interpretação, que reafirma a ideia de que a formação socioeconômica é mais ampla e corresponde à sociedade, do que a formação socioespacial, que constituiria frações do território no interior de uma mesma formação social, é sustentada pela autora em várias de suas outras publicações, sempre fazendo referência à questão de método e a articulação pela tríade geral, particular, singular, da dialética marxista (cf. SPOSITO, 2014, p. 24; 2016). Por exemplo, ao explicitar seus quatro “planos de método”[25] para o estudo da urbanização e das cidades médias e pequenas no âmbito das particularidades da urbanização brasileira, a autora deixa claro o modo que compreende o geral, o particular e o singular como totalidades e escalas.

> O processo de urbanização é a totalidade, que tomo como geral nas pesquisas que tenho desenvolvido. Ele pode ser recortado em várias escalas, entre as quais reconheço, para começar, três delas:
>
> • A urbanização sob o capitalismo em período de mundialização da economia e globalização da sociedade;
>
> • A urbanização brasileira, compreendendo-a como processo que se movimenta a partir de um sistema urbano que compreende mais de uma rede urbana;
>
> • As redes urbanas regionais vistas como condição e expressão das múltiplas formações socioespaciais, nos termos propostos por Milton

25 Os outros três “planos de método” além da tríade geral, particular e singular são os pares dialéticos qualidade-quantidade, extenso-intenso e articulação entre escalas, os quais são explicitados pela autora Sposito, 2014, p. 24-27).

> Santos, as quais compõem nossa formação socioeconômica, podendo ser esta outra totalidade a ser considerada Sposito, 2014, p. 24)

Esta é uma interpretação de "mesoescala", conforme sugerimos, pois embora se admita a necessidade de se articular múltiplas escalas na compreensão do espaço em uma mesma formação socioeconômica, a escala da formação socioespacial, não é plenamente identificada. Qual escala seria essa na qual a formação socioespacial é identificada, uma vez que suas características de teoria, método e processo (conforme listamos anteriormente) são reconhecidas?

Além disso, na relação entre escalas, formação social e formação socioespacial, não fica nítida a diferença entre esta última e o conceito de região. Qual seria a diferença entre os dois, região e formação socioespacial? De que modo região e formação socioespacial se distinguem e/ou se relacionam? Veremos que essa distinção será realizada por Corrêa (2000), mais adiante.

Há um outro aspecto, que eu gostaria de ressaltar na abordagem de Sposito que é o fato de que a formação socioespacial entendida enquanto uma fração do território da formação socioeconômica revelaria o processo de diferenciação socioespacial inerente a cada país, no interior de um determinado Estado-nação. A autora sugere que considerar uma equiparação entre formação socioeconômica e formação socioespacial poderia resultar em uma não consideração das particularidades da diferenciação socioespacial[26]. Formação socioespacial e diferenciação espacial estariam, assim, em relação direta. Seriam equivalentes? Como Sposito está buscando uma compreensão da emergência de uma "rede urbana paulista" no contexto do papel exercido pelo "complexo cafeeiro" no desenvolvimento do capitalismo e da industrialização no Brasil, seria necessário, então, "reduzir a escala e se poderia, a nosso ver, falar de uma formação socioespacial baseada nessa economia, cujo território, no qual se assenta e que a redireciona, é o paulista" Sposito, 2005, p. 418), afirmação essa seguida de uma concordância com a perspectiva de Mamigonian, conforme apresentada logo no início desta parte.

Nesse sentido, pode-se encontrar uma relação entre, por exemplo, as dimensões políticas e econômicas, sendo que esta última seria, talvez, mais definidora da rede urbana engendrada pelo complexo cafeeiro. Nas palavras da autora: "Redes urbanas mais estáveis, como a constituída pela formação socioespacial engendrada pela economia cafeeira, parecem-me menos suscetíveis à força da dimensão política sobre a econômica, o que não significa que não haja relações entre elas" Sposito, 2014, p. 32).

Por fim, em um artigo específico sobre as novas qualidades da cidade e do urbano, no qual a autora se dedica a analisar pares dialéticos no contexto das formas e papéis urbanos (transição e transitório; extensão e intensidade; mobilidade e imobilidade; descontinuidades da cidade e descontinuidades urbanas), a formação socioespacial é retomada brevemente em uma nota de rodapé, a qual é articulada com a história urbana.

26 Como na passagem a seguir: "A identificação entre Estado-Nação e formação socioeconômica (Santos, 1979, p.28) não pressupõe, entretanto, uma unidade do ponto de vista da formação socioespacial, pois, ao nosso ver, diferenciação espacial pode e ocorre, sob o domínio de um único Estado-Nação" Sposito, 2004, p. 417).

Nesse ponto, que reproduzimos a seguir, a formação socioespacial parece ser empregada em outras escalas.

> A história urbana de cada formação socioespacial faz toda diferença na composição, no plano das representações sociais, do que é longe e do que é perto. Essa diferença acentua-se mais ainda, conforme a proporção da população que tem acesso a transporte individual, bem como a qualidade do transporte coletivo tem seu papel. Assim, é fácil perceber as diferenças entre as noções de perto e longe elaboradas por um citadino europeu, um norte-americano e um africano subsaariano, por exemplo Sposito, 2010, p. 137).

Seria o "europeu", "norte-americano" e o "africano subsaariano", citadinos que qualificariam formações socioespaciais distintas? A ideia seria operacionalizada, aqui, em uma escala que transcenderia fronteiras estatais, portanto, não reduzindo-se escalarmente às diferenças espaciais no interior de uma mesma formação socioeconômica (como aplicada no caso do Brasil)? Ou seriam apenas expressões genéricas que para fins de exposição que não teria por objetivo diferenciar, por exemplo, formações socioespaciais no interior de determinados países, tais como, Espanha, França, Itália ("europeu"), Estados Unidos, Canadá, México ("norte-americano"), Nigéria, Senegal, África do Sul, Angola, Camarões ("africano subsaariano")? Penso que essas são questões pertinentes que permanecem em aberto.

Esse segundo grupo, de forma sintética, mostra-se inclinado a dar uma interpretação sobre o significado do conceito diferente de como ele foi pensado, pelo menos em termos de escala. Aqui, não se trata, evidentemente, de uma interpretação contrária à do próprio Milton Santos, mas a uma tentativa de ampliação das possibilidades analíticas para além da forma original que o conceito foi elaborado, buscando inserir particularidades espaço-temporais que envolvem escalas geográficas distintas, bem como processos afeitos às bases econômicas de determinados lugares.

Uma interpretação com base na estrutura fundiária

A proposta de uma compreensão da formação socioespacial a partir da estrutura fundiária é lançada por Corrêa (2000), com vistas a compreender a heterogeneidade das redes urbanas no território brasileiro. Este artigo de 2000 é a primeira tentativa – e até onde conhecemos, a única –, que o autor dialoga com o conceito de formação socioespacial de Santos e se apoia em sua contribuição para operacionalizar um estudo sobre o Brasil a partir das redes urbanas. Porém, em outros textos Corrêa (1986, 1995) destaca a contribuição de Milton Santos e do conceito de formação socioespacial, referindo-se ao texto de 1977 de Santos como "de fundamental importância para compreender a organização espacial" (Corrêa, 1986, p. 92), constituindo-se como um "meta-conceito", isto é, "um paradigma, que contém e está contida nos conceitos chaves, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território" (Corrêa, 1995, p. 27).

> O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, porque falar de sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori* mas sim de formação sócio-espacial (Corrêa, 1995, p. 26-27).

O estudo das redes urbanas é um tema caro à Geografia, apesar de clássico, posto que ganhou notoriedade e difusão, a partir da recuperação dos estudos de Walter Christaller pelos geógrafos neopositivistas, dentre eles Brian Berry. No bojo desses estudos, um dos problemas centrais se dá na compreensão das redes urbanas em diferentes países, sobretudo no que se refere à comparação mais geral entre os países e regiões industrializados com os países de industrialização tardia e subdesenvolvidos. Conforme aponta Corrêa (2000), os diversos elementos que perfazem uma rede urbana específica, tais como a gênese dos centros, o tamanho as funções urbanas, bem como os elementos de natureza política, social e cultural se relacionam e combinam-se de diferentes maneiras, mas, "por mais importantes que sejam, são expressões e condições, é necessário enfatizar, de estruturas sócio-espaciais mais profundas, historicamente produzidas" (Corrêa, 2000, p. 122).

Nessa linha de argumentação, impõe-se, portanto, ao se considerar a rede urbana em um país como o Brasil, levar em conta as especificidades espaciais e a heterogeneidade, na qual a rede urbana é fundada e assume, portanto, características diferentes. A inteligibilidade de uma dada rede urbana, afirma Corrêa (2000), faz com que se leve em consideração a estrutura social como fundamental, "um elemento de primeira ordem" nas palavras do autor, que possibilitaria a compreensão das lógicas que articulam os elementos de natureza distintas.

Corrêa (2000) se apoia em Milton Santos e discute a relação entre modo de produção, formação econômica e social, e espaço. A formação socioespacial é uma "particularidade espaço-temporal", conceito que Corrêa retoma de Lukács para frisar que o espaço, sua base natural ou social, "está imanentemente presente" e, portanto, não poderia ser desconsiderado ao se buscar compreender as formações sociais. As diferenças espaciais em múltiplas escalas, portanto, em sua relação no tempo e no espaço e, sobretudo, na globalização, revelariam a natureza do processo de transformação do espaço geográfico, e a formação socioespacial seria um conceito operacional para se analisar tanto as regiões quanto os lugares. Assim seria em relação entre espaço herdado e espaço produzido, bem como as heterogeneidades que se revelam, por exemplo, no âmbito dos espaços agrícolas e urbanos.

A cidade e a rede urbana, segundo Corrêa (2000), por sua fixidez e refuncionalização, isto é, por sua duração histórica e temporal, seriam fundamentais para se poder compreender a complexidade da formação socioespacial. Isso, resultaria no fato de que, a cidade e o urbano, como originários de modos de produção alhures, gerariam diversas redes urbanas que revelariam, portanto, um tipo de sociedade específica, com uma organização social própria e baseada em relações com a natureza que qualificariam a particularidade destas sociedades. Nas palavras de Corrêa (2000, p. 125) "Cada sociedade

tem a sua própria geografia, que inclui, na maioria dos casos, a sua rede urbana particular". As redes urbanas solar, dendrítica, christalleriana, axial, circular e de múltiplos circuitos seriam, portanto, as redes urbanas que expressariam determinadas sociedades e, por serem imanentemente espaço-temporais, determinadas formações socioespaciais.

A "formação espacial" (o autor prefere essa nomenclatura do que "formação socioespacial", o que, a meu ver, é imprecisa, pois o próprio Milton Santos propõe "socioespacial" para diferenciar a identificação entre "formação espacial e regiões homogêneas", creditada a Nicole Mathieu [Santos, 1977, p. 93, nota 18]) constituiria a diversidade e heterogeneidade no interior de uma "formação social brasileira", demarcando aqui a intenção do autor em relacionar "unidade e diversidade", todo e parte.

> A formação social brasileira, assim identificada numa dada escala, aparece como dotada de grande heterogeneidade interna quando altera-se a escala de análise. A heterogeneidade resulta de uma combinação desigual, tanto no espaço como no tempo, de processos naturais e sociais (Corrêa, 2000, p. 126).

É nesse ponto que Corrêa (2000) lança sua tese, distinguido de forma mais clara as "formações espaciais" que constituem a "formação social brasileira":

> Visando contribuir para o debate a respeito da complexa espacialidade do território brasileiro, apresenta-se aqui a tese de que no Brasil coexistem, na virada dos séculos XX e XXI, mas com gênese muito anterior, três formações espaciais distintas, mas integradas entre si, constituindo, no conjunto uma "diversidade na unidade": uma *formação espacial fundada na grande propriedade rural*, outra na *pequena propriedade rural dos imigrantes europeus* e, finalmente, uma terceira que é a *formação espacial da fronteira*. Fundamentais, como são, estruturam os tipos básicos de rede urbana (Corrêa, 2000, p. 126 – grifos no original).

Não vou me deter aqui em detalhes sobre como cada uma destas formações espaciais se configuram. Minha intenção é mais expor e analisar a lógica do pensamento de Corrêa e a estrutura do seu argumento, bem como o apoio direto que ele buscou em Milton Santos para formular sua tese.

O foco do autor, ao formular nesses termos a relação entre formação social e formação espacial é compreender "as relações entre a rede urbana e as formações espaciais brasileiras" (Correa, 2000, p. 127). Cada uma das formações espaciais constituiria um "tipo espacial" distinto de rede urbana, a partir de uma combinação entre produção, circulação e consumo, além das relações sociais, dos padrões culturais e da política; no bojo dessa combinação, uma formação espacial se projeta, se faz, é produzida e, como parte constitutiva de sua organização, há uma rede urbana.

Porém, mesmo concordando que uma formação espacial se revela a partir da combinação de um conjunto combinado e contraditório de processos sociais e naturais, o elemento preponderante na identificação das três formações espaciais no território brasileiro é a estrutura fundiária. Ele, então, afirmará:

> [...] estamos pensando uma formação espacial a partir da unidade entre produção, circulação, consumo, estrutura política, relações sociais e padrões culturais e da projeção espacial dessa unidade, ainda que cada

> um desses elementos goze de uma relativa autonomia. Nesta unidade, contudo, e dado os modos como o Brasil foi, e está sendo, ocupado, a estrutura fundiária e as relações sociais a ela associada, desempenham papel crucial na estruturação das possíveis combinações entre produção, circulação, consumo, estrutura política, relações sociais e padrões culturais e suas projeções espaciais, definindo uma particular formação espacial [...] A partir da estrutura fundiária desenvolvem-se inúmeras diferenças no que diz respeito ao modo de vida e à produção e organização do espaço, para os quais o espírito empreendedor e os padrões de consumo têm papel fundamental. O espaço, por intermédio da paisagem e da rede urbana, simultaneamente expressa e condiciona estas duas formações espaciais. (Correa, 2000, p. 127 – grifos meus).

A estrutura fundiária, e com ela as relações sociais, desempenha uma centralidade na proposição de Corrêa para o estudo sobre redes urbanas e território brasileiro. A citação anterior é dos três aspectos que o autor chama atenção para que se leve adiante a sua proposição como um campo de investigação ainda em aberto e necessitando de mais pesquisas. As outras duas questões que o autor destaca que são importantes referem-se:

- a não confusão entre formação espacial e o conceito de região, já que a primeira não se refere a uma contiguidade territorial que define a região; a formação espacial e a região podem coincidir, mas isso não ocorre necessariamente. É possível, portanto, que uma mesma formação espacial esteja presente em mais de uma região, enquanto o inverso, para Corrêa (2000, p. 126), “não é possível”; a questão, aqui, é que as formações espaciais podem ser descontínuas espacialmente, o que sugere que a região é um “tipo espacial” marcado pela continuidade; e
- A formação espacial de fronteira é transitória, está em movimento, pois marca a própria formação social brasileira. Em tempos distintos, tem se apresentado em “porções do espaço” de modo a referir-se a essa dimensão história que em muitos casos, se traduz até em base para a instalação das outras duas formações espaciais mencionadas (a grande propriedade fundiária e a pequena propriedade rural de colonização europeia).

Essas três considerações que o autor elabora, servem de sustentação para evitar confusões entre a formação espacial e o conceito de região, em primeiro lugar, e as relações entre formação espacial e tempo histórico, em segundo lugar. Além disso, mostra, por fim, que as formações espaciais, apesar de distintas e descontínuas espacialmente, tiveram algum tipo de superposição com a formação espacial de fronteira, já que esta constitui a base da organização espacial de uma formação social particular, como é o caso do Brasil.

O autor ilustra seu argumento, que tem muito mais a intenção de ser uma proposta de interpretação do Brasil com base na rede urbana – distinta, portanto, da proposição de Milton Santos e Maria Laura Silveira, vistas anteriormente – do que ser uma elaboração definitiva, pelo estudo de Nilo Bernardes, publicado em 1962 e reimpresso em 1997,

a respeito do Rio Grande do Sul. Para Corrêa (2000, p. 127), neste estado, "são explicitadas características que permitem falar em duas formações espaciais" lado a lado: **i)** "uma associando área de mata, pequena propriedade, imigração, agricultura, indústria e rede urbana densa"; **ii)** "e outra que associa área de campo, grande propriedade, povoamento luso-brasileiro, pecuária e rede urbana com baixa densidade de centros". Nota-se, aqui, semelhança com a maneira em que se aplica o conceito na "abordagem multiescalar", anteriormente explicitada. Nesse sentido

> O conceito de formação espacial permite integrar essa complexa diversidade em uma unidade conceitual e, simultaneamente, real. É, portanto, um conceito útil para a geografia regional, liberando-a da abordagem calcada na unicidade ("*uniqueness*") das regiões e lugares (Correa, 2000, p. 124)

Tal como Sposito (2004), Corrêa admite que, no Brasil, existiriam formações espaciais distintas. Mas, diferente dela, entende que estas formações seriam estruturadas de modo diferente. Em ambos, a relação formação social e formação espacial se dá de modo semelhante (a relação todo-parte), mas a maneira que as formações socioespaciais se manifestam, diferem. A relação dialética entre geral, particular e singular se desenha na abordagem de ambos os autores, mas Corrêa pensa o território brasileiro como um todo, e não uma parte dele, como faz Sposito, ao refletir unicamente sobre a rede urbana paulista no âmbito da relação entre "complexo cafeeiro" e "formação socioespacial".

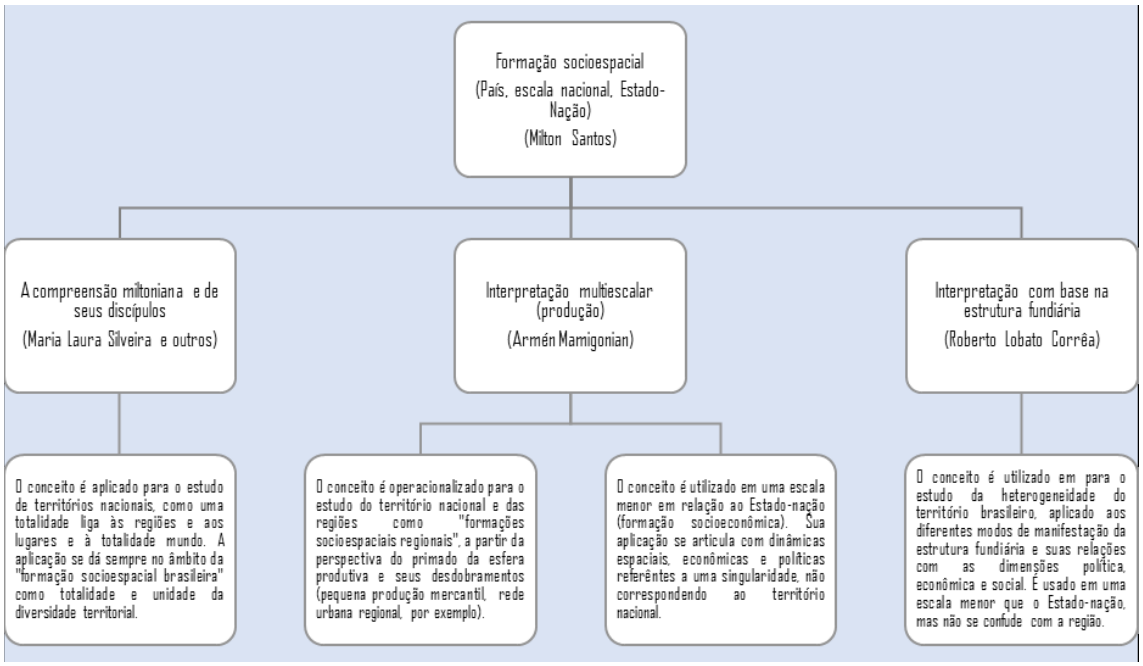
Além disso, para Corrêa (2000) o Oeste Paulista em 1940, bem como, as cidades de Mato Grosso de 1980 e mesmo a Amazônia Ocidental constituiriam, em tempos distintos, formações espaciais de fronteira com elementos comuns, mas com significado de fronteira e rede urbana que, hoje, não tem mais o mesmo sentido de alhures, enquanto para Sposito (2004, 2008) o elemento definidor da formação socioespacial parece ser a atividade econômica (o complexo cafeeiro), na formação da rede urbana paulista. Apesar disso, ambos, cada um ao seu modo, pensam na relação entre redes urbanas e formações socioespaciais em um degrau abaixo do Estado-nação, este compreendido como "formação social".

Nota-se, também, uma diferença entre o modo como Corrêa compreende a relação entre região e formação espacial (o meu ver, uma distinção fundamental em sua abordagem, e que mereceria um aprofundamento maior por parte do autor) e, os autores que defendem a existência de formações socioespaciais regionais. Se, para Corrêa (2000), região e formação socioespacial não se confundem, embora se relacionem de modo dinâmico e processual, para Ferreira (2011), Bastos e Casaril (2016), entre outros, a região parece ser apenas um outro nome, mas é essencialmente a mesma coisa que a formação socioespacial (quando utilizada em uma escala que não é nacional); aqui a distinção entre região e formação socioespacial não é problematizada, e o direcionamento apontado pelas "formações socioespaciais regionais" sinaliza mais para uma sobreposição na qual região e formação socioespacial coincidem, diferentemente do que sustenta Corrêa (2000). Apesar dos esclarecimentos, Corrêa (2000) não avança muito nesse texto e em outros trabalhos nas relações entre formação espacial e região, que é apenas mencionada por ele em caráter de exemplo.

Quase duas décadas após a publicação do seu artigo sobre formação espacial e rede urbana, Corrêa (2017) abordou o estudo das cidades médias e, nesse texto especificamente, se expressou literalmente por meio da concepção de "formação regional", na busca de compreender as relações entre cidades médias, rede urbana e região. Corrêa (2017, p. 211) entende que a "formação regional" é "aquele espaço caracterizado por uma combinação de aspectos vinculados à organização técnica e social da produção e envolvendo a estrutura agrária, a densidade demográfica, as relações sociais, a indústria e a urbanização. A paisagem é parte integrante da formação regional".

Em um esforço ilustrativo, que serve como guia para pesquisa empírica, ele afirma que "as formações regionais do Sertão nordestino, do Vale do Itajaí, da Campanha gaúcha, do Oeste paulista, da Amazônia ribeirinha e do Pantanal mato-grossense" (Corrêa, 2017, p. 211-212), e finaliza o texto sugerindo mais formações regionais existentes no Brasil que deveriam ser alvo de estudos relativos às cidades médias, a saber: "Amazônia ribeirinha, Amazônia de terra firme, Recôncavo baiano, Zona da Mata, Agreste, Sertão, Chapada Diamantina, Mata mineira, Zona Metalúrgica, Sul de Minas, áreas do Cerrado, Zona do Oeste paulista, Oeste paranaense, Vale do Itajaí, Campanha gaúcha e Zonas Coloniais gaúchas" (Corrêa, 2017, p. 214).

Figura 2 – Organograma dos usos e aplicações do conceito de formação socioespacial na Geografia brasileira



Fonte e Organização: Elaboração própria, 2021.

Esses exemplos sugerem, uma aproximação com a abordagem de Sposito, vista anteriormente, que se pauta no "complexo cafeeiro". Apesar disso, ele não adentra em detalhes ao que chama de "formação regional" o que, de certo modo, limita uma análise mais acurada se ele mudou de posição ou não no que diz respeito à relação entre formação espacial e região ou se o que ele está chamando de formação regional é a mesma

coisa que a formação espacial conforme a abordagem de outrora. A distinção entre "formação espacial" e região teria, portanto, desaparecido? Não seria mais viável essa distinção entre esses dois "tipos espaciais", como ele mesmo os qualificou anteriormente? Difícil dizer. É importante um maior mergulho analítico nesse âmbito, o que pode ocorrer entre aqueles que se interessam pelo tema em tela.

As três tendências de análise apresentadas ao longo do artigo e resumidas na imagem 2, mostram como a conceituação original elaborada por Milton Santos se ampliou e foi modificada, à medida que, os autores e autoras foram incorporando o conceito em pesquisas empíricas e articulando-o com outras categorias de análise geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria de formação socioespacial elaborada por Milton Santos, na segunda metade da década de 1970, se tornou uma importante ferramenta dos estudos geográficos no Brasil. Consistiu, além disso, em uma importante contribuição teórica e metodológica para a Geografia em escala global, no bojo do seu processo de renovação crítica e radical. Essa categoria assumiu um papel central na contribuição teórica de Milton Santos por um determinado período, e após anos sem ser discutida pelo autor, foi retomada pelo mesmo em um dos seus principais livros, *A Natureza do espaço*, como uma ideia basilar para o estudo do espaço a partir da Geografia e, depois, operacionalizada para o estudo de São Paulo na década de 1990 e, por fim, para o Brasil, em 2001.

Na Geografia brasileira, a utilização desta categoria foi diversa, e constituiu um aspecto central de inúmeras discussões que permeiam tanto o objeto de estudo da ciência geográfica, quanto uma ferramenta metodológica para utilização em estudos empíricos. Balizados por leituras e interpretações da proposta original de Milton Santos, esses debates influenciaram uma série de estudos que permitem identificar abordagens que são distintas, embora se relacionem entre si em certos aspectos.

Neste artigo, busquei examinar três perspectivas que se apropriam teórica e metodologicamente do conceito de formação socioespacial e buscam empregá-lo em estudos particulares. Todas as três perspectivas remetem de forma direta ao conceito produzido por Milton Santos e usam em sua base teórico-metodológica como categoria central do ponto de vista da teoria e do método.

No entanto, nota-se, pelo que foi visto, que mesmo estas perspectivas auto identificando-se com a teorização de Milton Santos, elas não a seguem à risca e lançam mão, por diversas vezes, de tentativas de atualização e de redimensionamento do conceito. Isso diz respeito, fundamentalmente, às abordagens que eu qualifiquei como de "múltiplas escalas" e a da "estrutura fundiária". Ambas, como explicitadas ao longo do artigo, empregam o conceito com uma certa liberdade de uso e aplicação, portanto em um sentido não exatamente igual ao do próprio Milton Santos, ainda que a ele façam referência constantemente.

A primeira perspectiva, que qualifiquei como dos “discípulos”, é uma continuidade da abordagem de Milton Santos, colocada em prática tanto por aqueles que foram seus alunos de graduação e pós-graduação, como aqueles que continuaram mantendo vivo o seu pensamento sobre essa proposta conceitual de forma que poderíamos dizer fiel à original.

As outras duas perspectivas, outrossim, redimensionaram o conceito. Elas não são, aqui neste artigo, compreendidas como “erradas”. A proposição exposta ao longo deste artigo não é simplesmente de apontar quais das interpretações é a correta e, portanto, deve ser seguida, mas sim de analisar e expor de que maneira uma proposição conceitual e, ao mesmo tempo, de teoria e método, foi apropriada com certa liberdade sem a necessária intenção de ser fiel à elaboração original. Isso se dá, sobretudo, em relação à escala geográfica de análise que, na proposição miltoniana, refere ao Estado-nação, enquanto, outras perspectivas aqui analisadas entendem que a potência teórica da formação socioespacial permite expandi-la para além da restrição de um país, sendo aplicada em múltiplas escalas (local, regional, supranacional), bem como, a partir da introdução de novos elementos como centrais na compreensão (a estrutura fundiária, a rede urbana, a pequena produção etc.).

Penso que essas abordagens se apoiaram no fato de que a categoria permaneceu um tanto esquecida pelo seu propositor e não foi levada adiante pelos geógrafos e geógrafas; isso me parece ter constituído um terreno fértil para a análise de alguns geógrafos sobre o potencial analítico da formação socioespacial, o que constituiu, portanto, em contribuições ao debate que visam, ao mesmo tempo, incorporar a teorização do Milton Santos e aplicá-la dentro de determinados contextos ou circunstâncias.

Os pressupostos centrais da ideia de formação socioespacial, como a relação sociedade-natureza, a característica processual, bem como, o papel “ativo” do espaço, como um condicionante sem o qual não é possível levar em conta o estudo da sociedade em qualquer escala adotada, são características que estas três perspectivas compartilham entre si, configurando uma continuidade do pensamento de Milton Santos e a força de sua teoria geográfica no atual contexto histórico.

Espera-se, que este artigo contribua para uma análise sobre o conceito de formação socioespacial, tão importante para a Geografia brasileira e a prática geográfica em geral, e que estimule reflexões a respeito das ferramentas teórico-metodológicas que a Geografia tem construído para uma leitura e interpretação crítica do mundo em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Sinara Gomes de Sousa (UFPE), Wagner Vinícius Amorim (UECE) e Sergio Moreno Redón (UNIFESSPA) pela leitura crítica e sugestiva deste artigo, que contribuíram para o refinamento e exposição das ideias. As ausências, erros e omissões, outrossim, são de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M.; QUEIROZ, A. P. de. Boletim Paulista de Geografia (1949-2018): abordagem da análise bibliométrica. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 23, n. 2, p. 375-393, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.157649..

ARROYO , M. M. A economia invisível dos pequenos: À margem dos circuitos oficiais, uma multiplicidade de atores econômicos de porte modesto preenche os interstícios dos grandes negócios, preservando o espaço urbano como um território de cultura, vida e liberdade – uma resposta à segregação social da metrópole capitalista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo /SP, n. 15, 4 out. 2008. NOVOS PARADIGMAS I, p. 30,31.

ARROYO, M. A América Latina numa encruzilhada: ocaso do projeto de integração?. **GeoTextos**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, 2017. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v13i1.23363.

BARROS, J. D. A. **Os conceitos:** Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 2016.

BASTOS, J. M.; CASARIL, C. C. Formação socio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul (UFSC)**, v. 31, p. 271-298, 2016.

BECKER, B. K. *et al.* (org). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo/SP: Hucitec, 1995.

BELTRÃO, L. M. V. **A indústria nos pequenos municípios do sul de Santa Catarina**. Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2016..

BULÉON, p.; CHEVALIER, J.. Les concepts de la géographie sociale: débat autour du concept de formation socio-spatiale. **Géographie sociale**, n. 3, p. 7-17, 1986.

CAPEL, H. Continuar y superar a Milton Santos. **Anales del ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona/Espanha: Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 30 de septiembre de 2002.

CARLOS, A.F.A.; LENCIONI, S. "A categoria 'Formação econômica da sociedade' na análise geográfica." **Borrador Teoria e Método**, São Paulo/SP, n. 1, p. 11-18, 1982.

CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaios de uma geografia contemporânea.** Milton Santos: uma obra revisitada. 2 ed. São Paulo/SP: Hucitec/Edusp, 2001.

CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (org.). **Brasil, Presente.** São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CASARIL, C. C.. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL SUDOESTE PARANAENSE. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza/CE, v. 16, p. e16019, 2017.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro/ RJ: Bertrand, 1995.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 1). **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro/RJ: IBGE, n. 179, p. 139-145. 1964a.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 2). **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro/RJ: IBGE, n. 180, p. 267-276. 1964b.

CLAVAL, P. Le Marxisme et l'espace. **L' Espace géographique**, tome 6, n. 3, 1977. p. 145-164.

CLAVAL, P. Milton Santos e o pensamento radical. *In:* SILVA, M. A. (org.). **Milton Santos e o Brasil.** São Paulo/SP: Perseu Abramo, 2004. p. 17-35.

CONTEL, F. B. Financeirização recente do território brasileiro: dos bancos comerciais às fintechs. *In:* CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (org.). **Brasil, Presente.** São Paulo/SP: FFLCH/USP, 2020. p. 117-142.

CONTEL, F. B. Milton Santos. *In*: SECCO, L.; PERICÁS, L. B. **Intérpretes do Brasil**. São Paulo/SP: Boitempo. 2014. p. 393-409.

CONTEL, F. B.. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 119–134, jan. 2009.

CORRÊA, R. L.. **Região e Organização Espacial.** São Paulo/SP: Editora Ática 1986.

CORRÊA, R. L.. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro/ RJ: Bertrand, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R. L.. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro/RJ, ano V, n. 8, p .121-129, jan.ljun.,2000

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand, 2006.

CORRÊA, R. L.. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *In:* CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand, 2006. p. 275-290.

CORRÊA, R. L.. Cidades médias: temas para a pesquisa. *In:* SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (org). **Perspectivas da urbanização:** reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro/RJ: Consequência, 2017. p. 209-214

COSGROVE, D. E.. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e Cultura,** Rio de Janeiro/RJ, n. 5, p. 5-29, 1998 [1983]. DOI: https://doi.org/10.12957/espacoecultura.1998.6313.

CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo/SP: DIFEL, 1982.

CRUZ, M. C. da. O conceito de formação espacial: sua gênese e sua contribuição para a geografia. **BIBLOS**, *[S. l.]*, v. 15, p. 51–67, 2007.

DAMIANI, A. L. Urbanização e globalização: a fragmentação do espaço e da personalidade. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 19-25, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123342.

DAMIANI, A. L. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**, *[S. l.]*, p. 254-283, 2012. DOI: 10.7154/RDG.2012.0112.0013.

DIAS, P. C.; LOPES, D. F. (org.). **Cidades médias e pequenas**: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador/BA: Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2014.

D'INCAO, M. A. (org.). **História e Ideal:** ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo/SP: Brasiliense, 1989.

DI MÉO, G. Les formations socio-spatiales ou la dimension infra-régionale en géographie. **Annales de Géographie,** v. 94, n° 526, p. 661-689, 1985.

DI MÉO, G. Formation socio-spatiale. *In:* LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des sociétés**. Paris/France: Belin, 2003. p. 375-376.

DI MÉO, G. Une géographie sociale. Cybergeo: **European Journal of Geography [En ligne]**: Les 20 ans de Cybergeo, mis en ligne le 18 août 2016.

DOSSE, F. **História do estruturalismo, vol. II**: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. São Paulo/SP: Edunesp, 2018.

DOSSE, F.. A convidada de última hora: a geografia desperta para a epistemologia. *In:* DOSSE, F. **História do estruturalismo, vol. II**: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. São Paulo/SP: Edunesp, 2018. p. 425-440.

ESPÍNDOLA, C. J.; FRESCA, T. M.; MARINS, C. A.; SAMPAIO, F. S.; BASTOS, J. M. Formações Socio-Espaciais: Progresso Técnico no Espaço Urbano e Agrário. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, v. 12, n. 18, p. 137–161, 2017. DOI: 10.5418/RA2016.1218.0008.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A. da. Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **Experimental**, São Paulo/SP, n. 3, p. 61-67, setembro, 1997.

FERREIRA, S. C. A Formação Socioespacial como Orientação Teórico-Metodológica no Estudo da Rede Urbana Regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia/MG, v. 12, n. 37, p. 1–7, 2011. DOI: 10.14393/RCG123716185.

FERRETTI, F.; PEDROSA, B. V. Inventing critical development: a Brazilian geographer and his northern networks. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 43, n. 4, p. 703–717, 2018.

FIRKOWSKI, O. *et al.* (org.). **Estudos urbanos comparados:** oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. San Miguel de Tucumán/Argentina: Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

GODELIER, M. El concepto de "formación económica y social": el ejemplo de los Incas *In:* SORIANO, W. E. (org.). **Los modos de produccion em el imperio de los Incas**. 2 ed. Lima/Peru: Amaru Editores, 1981 [1971]. p. 165-283.

GOMES, C. Formação socioespacial e o enfoque de regiões. **In:** CARLOS, A. F. A. (org.). **Ensaios de Geografia contemporânea:** Milton Santos. 2 ed. rev. São Paulo/SP: Edusp, 2001. p. 178-187.

GOMES, C. Formação sócio-espacial e dinâmicas urbano-regionais no Rio Grande do Norte: O lugar da região metropolitana de Natal. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 1, p. 151-161, 2009.

GREGORY, D. **Ideología, ciencia y geografía humana**. Barcelona/Espanha: Oikos-tau, 1984.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Géografos:** A Geografia Humana anglo-americana desde 1945. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo/SP, DIFEL, 1986.

KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography,** Vol. 10, 2009.

LEMOS, A. I. G. ; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina.** Buenos Aires-São Paulo: CLACSO, Universidade de São Paulo, 2006.

LÉVY, J. O homem que não gostava de exemplos. *In:* SOUZA, M. A. A. de. (org.)**O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo/SP: Hucitec. 1996. p. 364-370.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des sociétés**. Paris/France: Belin, 2003.

MACHADO, T. A. Da Formação Social em Marx à Formação Socioespacial em Milton Santos: Uma Categoria Geográfica para Interpretar OoBrasil?. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 8 fev. 2017.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. A. de. (org.) **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo/SP: Hucitec. 1996. 198-206.

MAMIGONIAN, A.. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**, Florianópolis/SC, v. 14, n. 28, p.171-178, 1999.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra.** São Paulo/SP: Editora Contexto, 2010 [1979].

MATTSON, K. Una introduccion a la geografia radical. **Geocrítica:** cuadernos críticos de geografía humana. Barcelona/Espanha, Universidad de Barcelona, v. 3, n. 13, 1978.

MERRIMAN, P. **Space.** London and New York: Routledge, 2022.

MIRANDA, R.L de; BRITO, V. C.; THEIS, I. M.; SANTOS, G. F dos. A formação socioespacial brasileira na visão de Milton Santos. **Revista de Geografia (RECIFE)**, Recife/PE, v. 36, p. 277-296, 2019.

MORAES, A. C. R. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo/SP: Annablume, 2013.

MOREIRA, R. **Geografia e práxis.** São Paulo/SP: Contexto, 2012 [1982].

MOREIRA, R. Repensando a geografia: a formação socioespacial e o espaço e o método geográficos. *In:* MOREIRA, R. **Geografia e práxis.** São Paulo/SP: Contexto, 2012 [1982]. p. 106-116.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. 2 ed. São Paulo/SP: Contexto, 2013 [1979].

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. *In:* MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. 2 ed. São Paulo/SP: Contexto, 2013 [1979]. p. 61-79.

MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo:** conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro/RJ: Consequência, 2016

MOREIRA, R. Formação espacial. *In:* MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo:** conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro/RJ: Consequência, 2016. p. 13-20.

MOREIRA, R. Sociedade e Espaço no Brasil (As Fases sa Formação Espacial Brasileira: Hegemonias e Conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, *[S. l.]*, n. 83, p. 7–32, 2017.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. *In:* CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo/SP: DIFEL, 1982. p. 225-254.

PEET, R. Milton Santos no exílio : os anos 70. *In*: SOUZA, M. A. A. de (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo/SP : Hucitec, 1996. p. 164 -168.

PEET, R. Materialism, Social Formation and Socio-Spatial Relations : an Essay in Marxist Geography. **Cahiers de géographie du Québec**, Quebec/Canada. v. 22, n. 56, 147–157, 1978.

PEET, R.. Societal contradiction and Marxist geography. **Annals of the Association of American Geographers,** v. 69, v. 1, p. 164–169, 1979.

PEET, R.; LYONS, J. V. Marxism: dialectical materialism, social formation and the geographic relations. *In:* HARVEY, M.; HOLLY, B. P. (eds.), **Themes in Geographic Thought.** New York City/ USA: St. Martin's Press. 1981. p. 187-205.

PEREIRA, C. S. S. A teoria da produção do espaço e a Geografia. *In:* SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (org.). **Teorias na Geografia:** avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro/ RJ: Consequência, 2020, v. 1, p. 107-140.

PEREIRA, R. M. F. do A.; VIEIRA, M. G. E. de D. Geografia e Marxismo: o caso da formação sócio-espacial do Brasil Meridional. **Anales del XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina.** Bogotá/Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007. p. 1-20.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. *In:* BECKER, B. K. *et al.* (org). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo/SP: Hucitec, 1995. p. 309-333

REIS, L. C. T. dos. Por uma concepcão dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, *[S. l.]*, n. 1, 2000. DOI: 10.7147/GEO1.1164.

RUDDICK, S. M. Society-Space. *In:* KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography,** Vol. 10, 2009, p. 217–226.

SANTOS, M. Espace et domination: une approche marxiste. **Rev. Int. soc.,** *[s.l.].* vol. XXVII n. 2, 1975a, p. 369-385.

SANTOS, M.. Space and domination – a Marxist approach. **International Social Science Journal**, *[s.l.],* n. 27, v. 2, p. 346-363, 1975b.

SANTOS, M. Sociedad y Espacio: la formación social como teoria y como metodo", **Cuadernos de la Sociedade Venezolana de Planificacion**, n. 141-143 , p. 7-21, 1976.

SANTOS, M.. Society and Space: social formation as theory and method. **Antipode**, vol. 9, nº 1, p. 3-13, 1977a.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** *[s.l.],* n. 54, p. 81-100, 1977b,.

SANTOS, Milton. Société et espace: la formation economique et social comme théorie et comme méthode, **Cahiers Internationaux de Sociologie,** vol. LX, p. 261-276, 1977c.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, São Paulo/SP, Hucitec, 1978a.

SANTOS, M. Espaço e dominação: uma abordagem marxista. Seleção de Textos nº 4, **Associação dos Geógrafos Brasileiros**: Seção Regional de São Paulo, *[s.l.]*, p. 3-27, 1978b.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo/SP: Hucitec, 1978c.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade (Ensaios).** Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, M. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, p. 5-22, 1982.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (org.). **Espaço Interdisciplinar.** São Paulo/SP: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo/SP: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Renovando o pensamento geográfico. *In:* D'INCAO, M. A. (org.). **História e Ideal:** ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo/SP: Brasiliense, 1989. p. 419-434.

SANTOS, M. Razão Global, Razão Local: A Formaçao Sócio-Espacial **Brasileira. Anais do1º Encontro Nacional Território Brasileiro e Globalização, 1995.** Aracajú/SE, p. 211-212, 1995.

SANTOS, M. **Testamento intelectual:** Entrevistado por Jesus de Paula Assis; Colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2004

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo SP: Edusp, 2005.

SANTOS, M.. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. 2ed. São Paulo/SP: Edusp, 2019.

SANTOS, M. **Sonho e pesadelo**: Os problemas espaciais da transição ao socialismo no caso da Tanzânia (online). Coleção de Areia. Tradução de Breno Viotto Pedrosa. São Paulo /SP: Terra Brasilis, 2020. v. 13.

SANTOS, M.; PEET, R.. Introduction. **Antipode**, *[s.l.],* n. 9, v. 1, p. 1-3, 1977.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro:/RJ Record, [2001] 2012.

SANTOS, M. *et al*. Manifesto o Papel Ativo da Geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro/RJ, ano V, n. 9, p. 103-109, 2000.

SEABRA, O. C. de L. O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo/SP, v. 74, p. 7-21, 1996.

SECCO, L.; PERICÁS, L. B. **Intérpretes do Brasil**. São Paulo/SP: Boitempo. 2014.

SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social": Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira. **Revista de Geografía Meridiano.** Buenos Aires/Argentina, n. 2, p. 297-346, 2013.

SILVA, A. C. da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. *In:* SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (org.). **Espaço Interdisciplinar.** São Paulo/SP: Nobel, 1986. p. 25-37.

SILVA, M. A. (org.). **Milton Santos e o Brasil.** São Paulo/SP: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, M. A.. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. **Anales del XII Encuentro de Geografos de América Latina, 2009,** Montevideo/Uruguay 2009.

SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (org). **Perspectivas da urbanização:** reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro/RJ: Consequência, 2017.

SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 15, n. 1, p. 74-88, 12 maio 2010.

SILVEIRA, M. L.. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro. **Acta Geográfica**, Boa Vista/RO, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011, p. 151-163.

SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por un debate substantivo. **Estudios socioterritoriales. Revista de Geografía**, *[s.l.],* n. 16, v. 2, p. 141-168, 2014.

SILVEIRA, M.A. Formação socioespacial: discutindo uma categoria basilar da Geografia. **Anais do VI SINAPEQ: Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades**: Brasil, pandemia e pequenas cidades: desafios para pensar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida., Ponta Porã/MS, 14 set.2022. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCMRCE9WCJNiozIUOfCCMe2g/about. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVEIRA, M. L. Por uma teoria do espaço latino-americano: LEMOS, A. I. G. ; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina.** Buenos Aires-São Paulo: CLACSO, Universidade de São Paulo, , 2006, p. 85-100.

SILVEIRA, M. L. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. *In:* CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaios de uma geografia contemporânea.** Milton Santos: uma obra revisitada. 2 ed. São Paulo/SP: Hucitec/Edusp, 2001. p. 63-72

SMITH, N. Espectros de Milton Santos. *In:* SOUZA, M. A. A. de. **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo.** São Paulo/SP: Hucitec. 1996. p. 187-190.

SORIANO, W. E. (org.). **Los modos de produccíion em el imperio de los Incas**. 2 ed. Lima/Peru: Amaru Editores, 1981 [1971].

SORMANI, H. A. Formación Social y Formación Espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centroamericanos,** *[s.l.].* v. VI, n. 17, p. 147-173, 1977.

SORMANI, H. Teoría de las formaciones espaciales: un aporte metodológico. **Cuadernos ESIN** n. 6 “Sociedad”. Rotterdam/Holanda: Instituto Para el Nuevo Chile, 1982.

SOUZA, M. A. A. de. **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo/SP: Hucitec. 1996.

SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (org.). **Teorias na Geografia:** avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro/RJ: Consequência, 2020,

SPOSITO, M. E. B.. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. *In:* FIRKOWSKI, O. *et al.* (org.). **Estudos urbanos comparados:** oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. San Miguel de Tucumán/Argentina: Universidad Nacional de Tucumán, 2016. p. 25-60.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. *In:* DIAS, P. C.; LOPES, D. F. (org.). **Cidades médias e pequenas**: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador/BA: Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2014. p. 23-35.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Cidades,** Presidente Prudente/SP, vol. 7, n. 11, p. 125-147, 2010. **DOI:** https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12227s://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12227.http

SPOSITO, M. E. B. Formation socio-spatiale, réseau urbain et villes de l’économie caféière. *In:* VIDAL, L. (org.). **La ville au Brésil (XVIIIème – XXème siècles) – Naissances, renaissances**. Paris/França: Rivages ds Xantons, 2008, p. 133-149.

SPOSITO, M. E. B.. **O chão em pedaços**: urbanização, cidades e economia no Estado de São Paulo. 2005. 508p. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2005.

VIDAL, L. (org.). **La ville au Brésil (XVIIIème – XXème siècles) – Naissances, renaissances**. Paris/França: Rivages ds Xantons, 2008

VIEIRA, M. G. Espellet de Deus. Considerações a respeito do paradigma de formação sócio–espacial. **Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, Montevidéu/Uruguay, 3 a 7 de abril de 2009.

WHITACKER, G. M. A operacionalização do conceito formação econômica-social: o nexo entre o marxismo e a geografia de Milton Santos / The operationalization of the concept socio-economic formation: the nexus between marxism and the geography of Milton Santos. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 6, n. 13, p. 48–76, 2019. DOI: 10.35416/geoatos.v6i13.6874.

SOBRE O AUTOR

CLÁUDIO SMALLEY SOARES PEREIRA – Professor adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui doutorado (2018) e mestrado (2014) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus Presidente Prudente/SP. Na mesma instituição realizou pós-doutorado em Geografia (2018) com bolsa do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/Capes). Durante o doutorado realizou estágio sanduíche na Universitat de Lleida/Catalunã/Espanha. Graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará (2011). Têm experiência na área de Geografia, especificamente Geografia Urbana, atuando nas seguintes linhas de pesquisa: produção do espaço urbano, cidades médias, centro e centralidade urbana, urbanização brasileira, teoria urbana. Desenvolve pesquisas na área de Geografia Urbana, com ênfase em reestruturação e produção do espaço urbano, cidades médias, centro e centralidade, urbanização planetária, mundialização do urbano, fragmentação socioespacial, práticas espaciais e financeirização do urbano; e em Geografia do Comércio e do Consumo, pesquisando temas como novas formas comerciais e de consumo, estratégias econômicas e espaciais do capital comercial varejista. Tem interesse em Epistemologia da Geografia, com ênfase em teoria do espaço e conceitos da ciência geográfica.

E-mail: clasmalley@gmail.com